

Veículo: Tribuna Online	
Data 22/10/2020	Caderno: Raio Laser



## Raio Laser - 22/10 - Equilíbrio fiscal

**Em audiência pública realizada no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento e Controle da ALBA, o secretário da Fazenda, Manoel Vitório, apresentou, os balanços do terceiro quadrimestre de 2019 e do primeiro quadrimestre de 2020**

### Tribuna da Bahia, Salvador

22/10/2020 06:30 | Atualizado há 9 horas e 6 minutos



Em audiência pública realizada no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento e Controle da Assembleia Legislativa, o secretário da Fazenda, Manoel Vitório, apresentou, ontem, os balanços do terceiro quadrimestre de 2019 e do primeiro quadrimestre de 2020 das contas públicas do Governo do Estado. De acordo com o titular da pasta, o balanço dos dois períodos atestou o equilíbrio fiscal, apesar do início da pandemia nos meses de março e abril do ano corrente.

### Debate (Rui Costa)

O governador Rui Costa (PT) está pessoalmente empenhado em garantir audiência para o debate que a TVE, emissora do Estado, realiza entre os candidatos a prefeito de Salvador neste sábado. Além de pedir a aliados para divulgarem a realização do programa, ele tem também pessoalmente falado sobre a importância do embate entre os candidatos nas oportunidades em que pode. Rui acredita que sua candidata, Denice Santiago (PT), se sairá bem no confronto.

### Defesa de Pazuello

O governador Rui Costa (PT) saiu em defesa do ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, nesta quarta-feira, 21. O titular da pasta anunciou a compra de 46 milhões de doses da

vacina produzida pela empresa chinesa Sinovac, em parceria com o governo de São Paulo, comandado por João Doria (PSDB). No entanto, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) decidiu não autorizar o Ministério a incluir a CoronaVac – intitulação do imunizante – no Programa Nacional de Imunizações (PNI). “General e Ministro da Saúde tomou medida sensata de garantir acesso à vacina de qualquer país p salvar vidas. Estamos em guerra contra Covid, q já matou + de 150 mil no Brasil. O presidente não pode desmoralizá-lo e desautorizá-lo nesta luta. Minha total solidariedade ao ministro”, afirmou o governador, através do Twitter.

## **Rapa**

Bacelar, candidato à Prefeitura de Salvador pelo Podemos, disse, novamente, que irá acabar com o rapa e regularizar a situação dos ambulantes da capital baiana. A afirmação foi feita durante a participação do prefeiturável em uma live promovida pelas Federações do Comércio, Agricultura e Indústrias da Bahia, na manhã de ontem. Segundo o Bacelar, a capital baiana tem o maior índice de informalidade no mercado de trabalho do Brasil.

## **Sem aglomeração**

O juiz eleitoral de Itabuna, Antônio Carlos Rodrigues de Moraes, proibiu eventos que resultem em aglomerações na cidade do sul da Bahia, como medida para evitar a disseminação do novo coronavírus. Com a determinação, comícios, carreatas, passeatas e caminhadas não podem ser realizadas no município. Quem não cumprir a determinação pode responder por crime de desobediência eleitoral e pagar multa no valor de até R\$ 100 mil.

## **Hospital**

O Hospital do Câncer em Caetité será entregue em novembro deste ano. O anúncio foi feito pelo governador Rui Costa (PT), em transmissão pelas redes sociais, ontem. A unidade, que está com mais de 90% das obras concluídas, irá beneficiar moradores de 48 municípios do sudoeste baiano. “Uma excelente notícia para a saúde de toda a região. Logo no início de novembro, estaremos em Caetité para fazer a entrega do equipamento e dar início ao funcionamento do hospital. É uma unidade exclusiva para tratamento do câncer. Já temos uma unidade em Vitória da Conquista, e em breve uma unidade também em Barreiras, para atender a região oeste”, afirmou o governador.

## **Sisal (Luciano Araújo)**

Luciano Araújo, presidente estadual do Solidariedade, defende o diálogo entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e os produtores de sisal, em prol de “proteger os mais de 300 mil empregos que estão ameaçados após o fechamento dos campos de sisal”. O Ministério Público do Trabalho (MPT) realizou uma fiscalização na região, que segundo Luciano Araújo, “lacrou os motores, impedindo o trabalho dos produtores”.

## **Desprezo**

Presidente nacional do Democratas, o prefeito ACM Neto menosprezou as provocações feitas pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante uma entrevista concedida para rádio Metrôpole na manhã ontem. “Esse tipo de declaração não merece resposta”.

Pouco tempo depois, já em uma coletiva, o atual gestor da capital baiana declarou que o que foi dito por Lula "não tem nenhuma importância".

## **Debate**

Uma reunião na manhã de ontem (21/10) serviu para acertar os últimos detalhes do debate que será promovido com candidatos a prefeito de Salvador, no próximo dia 4, às 20h. O evento a ser realizado pela Associação Bahiana de Imprensa (ABI), em parceria com a OAB-BA (Ordem dos Advogados do Brasil/Seção Bahia), será a oportunidade para os postulantes ao Palácio Tomé de Sousa apresentarem suas propostas para a cidade. Durante a sessão online desta quarta-feira, as entidades proponentes do debate receberam sete representantes das nove coligações com candidatos à Prefeitura.

## **Bom jornalismo (Téo Senna)**

O vereador Téo Senna (PSDB) parabenizou a **Tribuna** pela celebração de mais um ano desde a sua fundação. Ele afirma que "por conta da pandemia, infelizmente, não será possível realizarmos neste ano mais uma merecida sessão especial para celebrar essa data tão importante, mas deixo aqui os meus cumprimentos para todos os profissionais que fazem parte dessa história. São 51 anos de serviços prestados à sociedade baiana, prezando sempre pelo bom jornalismo e informação de qualidade e credibilidade em nossa cidade."

## **Cruz das Almas**

Hoje, às 8h30, o governador Rui Costa estará no município de Cruz das Almas, na região do Recôncavo. Rui vai participar da inauguração da Clínica de Hemodiálise do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Administração Hospitalar (IBDAH), que contará com a parceria do Governo da Bahia, e assina ordem de serviço para a Secretaria de Infraestrutura do Estado (Seinfra) pavimentar o trecho de estrada entre o Entrocamento da BR-101 e a localidade de Pumba. O governador ainda vai autorizar a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) a celebrar dois convênios no âmbito do Projeto Bahia Produtiva (Edital Mandiocultura).

## **Confiança**

O grupo do prefeito ACM Neto (DEM) segue confiante na vitória de Bruno Reis (DEM) no primeiro turno. Dizem ainda que o atual vice-prefeito pode ganhar a disputa pelo Palácio Thomé de Souza com uma votação histórica. Maior do que os 74% dos votos que ACM Neto obteve na campanha à reeleição de 2016.

## **Elogio**

Presidente do Grupo Gay da Bahia (GGB), Marcelo Cerqueira elogiou o papa após Francisco afirmar que os homossexuais precisam ser protegidos por leis de união civil. "Essa declaração do Papa é uma luz de oportunidade para todo o povo católico, para que sirva de exemplo a outras religiões que são muito mais intolerantes e não têm vergonha de expressar sua violência", disse Marcelo Cerqueira.

## **ECONOMIA**

# **SEFAZ USA NOVAS TECNOLOGIAS NA COBRANÇA DE ICMS E RECUPERA R\$681.1 MIL**

Sistema e-Fiscalização vai intensificar cobrança do ICMS com base em cruzamento de dados



Sistema computadorizados permite melhor cruzamento de dados

Foto: SEFAZ

Em meio ao impacto produzido nas finanças estaduais pela crise sanitária, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA) lança nesta quarta-feira (14) o sistema e-Fiscalização, que vai dotar o fisco de mais eficiência e produtividade ao aprofundar a chamada fiscalização sumária, modelo cuja aplicação vem se ampliando com o avanço da tecnologia baseada no cruzamento de dados fiscais digitais e foi responsável pela recuperação de R\$ 681,1 milhões em ICMS em 2019, 42,7% a mais que os R\$ 477,2 milhões recuperados em 2016

O e-Fiscalização irá reforçar a tendência e ampliar o combate à sonegação ao intensificar o encaminhamento massivo de notificações a contribuintes selecionados por região, segmento ou tipos de indícios identificados pela Malha Fiscal Censitária, ampliando as possibilidades de autorregularização pelas empresas e, nos casos em que isso não ocorra, gerenciando a emissão de ordens de serviço para a fiscalização.

Nesta etapa inicial entram em operação o novo Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e) e o módulo PCF (Planejamento e Controle da Fiscalização, versão 1.0). O novo DT-e permite a comunicação bidirecional fisco – contribuinte, com encaminhamento de arquivos anexos tanto pelo fisco quanto pelos contribuintes ou escritórios de contabilidade, e é completamente integrado à verificação das inconsistências fiscais: toda a comunicação entre o fiscal e o

contribuinte durante a fiscalização é armazenada junto aos detalhes da inconsistência, criando uma importante base de conhecimentos.

A partir dos indícios gerados, o sistema irá estimular a autorregularização via DT-e, ou seja, permitir que o contribuinte regularize sua situação junto ao fisco sem que seja necessária a emissão de auto de infração. Nos casos em que isso não ocorrer, o e-Fiscalização permitirá a emissão e o monitoramento das ordens de serviço para a fiscalização.

Já o módulo PCF irá coordenar o tratamento dos indícios de inconsistências fiscais nas movimentações de contribuintes detectados pela Malha Fiscal Censitária, possibilitando sua seleção por tipo de indício, segmento e região. O PAF-e (Processo Administrativo Fiscal Eletrônico, versão 1.0), terceiro módulo que compõe o e-Fiscalização, deve começar a operar nos próximos meses, com foco no combate ao débito declarado e não pago, modalidade de sonegação em que o contribuinte declara o débito do ICMS ao fisco mas não recolhe o valor devido ao Estado, passando a ser considerado omissor quando reincide na prática, considerada crime de apropriação indébita tributária por decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF).

### Sefaz On-Line

“A pandemia trouxe novos e urgentes desafios ao trabalho do fisco, e certamente conseguirá melhores resultados quem se estruturou para atuar no novo ambiente dos dados fiscais digitais, aprimorando o foco a cada etapa, seja o planejamento, a distribuição das ordens de serviço para os fiscais ou o tratamento dado ao contencioso fiscal”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório. “Melhorar os processos de arrecadação é um dos pilares no enfrentamento da crise fiscal, ao lado de um consistente processo de redução de gastos”, acrescenta.

O secretário lembra que o e-fiscalização representa mais um avanço do programa Sefaz On-Line, criado em 2015 para modernizar os processos de trabalho e melhorar os resultados do fisco baiano, com base nas informações geradas pelos documentos digitais, como a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) e a Escrituração Fiscal Digital (EFD).

O superintendente de Administração Tributária da Sefaz-BA, José Luis Luiz Souza, ressalta o impacto que o e-Fiscalização trará tanto para o planejamento quanto para a execução da fiscalização. “Todo o fluxo de atividades da fiscalização passa a ocorrer com base no sistema, desde a fase de realização dos batimentos da malha censitária, passando pelo planejamento, que inclui a seleção de alvos e a avaliação das equipes disponíveis, até a emissão das ordens de serviço a serem executadas pelos fiscais, com eventual geração de autos de infração, e chegando, em breve, ao final da fase administrativa da fiscalização, na qual é instituído o Processo Administrativo-Fiscal”.

### Processo digital

Baseado no conceito de processo digital, com autenticação e assinatura por certificado digital e totalmente web, o novo sistema dará suporte a todo o processo da administração tributária, do planejamento da fiscalização ao contencioso fiscal, passando pela emissão das ordens de serviço para as equipes, pelo acompanhamento do trabalho e, nos próximos meses, pela instauração dos processos administrativos-fiscais, explica o diretor de Planejamento da Fiscalização, Anderson Sampaio.

O e-Fiscalização irá integrar os sistemas da Sefaz e aprimorar a gestão tanto do processo de fiscalização como um todo quanto de cada uma de suas etapas, explica o diretor de Produção de Informações da Sefaz-BA, Jadson Bitencourt. O sistema permitirá que se acompanhe de forma mais efetiva o cumprimento das metas estabelecidas para a fiscalização, e também que se implementem ajustes ao longo do ano, a partir da visualização de métricas como a comparação entre os totais indicados para a fiscalização, o montante autuado e o efetivamente pago.

A gestão no dia-a-dia também torna-se mais eficaz: cada fiscal passa a ter uma caixa de tarefas no sistema, onde receberá suas ordens de serviço, o que permite o controle sobre a execução das ordens de serviço emitidas e a realização de eventuais ajustes ao longo do processo. Com a integração entre os sistemas, as etapas subsequentes também estão parametrizadas no e-Fiscalização para ocorrerem de forma totalmente eletrônica, sem tramitação de papéis: ao se emitir o termo início de fiscalização o documento eletrônico é instantaneamente disponibilizado para ciência do contribuinte.

Na próxima versão do e-Fiscalização, ao ser lavrado o auto de infração, caso o débito não seja pago, automaticamente será instaurado o PAF eletrônico, a ser encaminhado ao Conselho de Fazenda Estadual (Consef).

Veículo: Site A Tarde	
Data: 22/10/2020	Caderno: Notícias
Assunto: Moradora de Jardim das Margaridas ganha R\$ 100 mil no <b>Nota Premiada Bahia</b> .	

## A TARDE

Qui , 22/10/2020 às 15:16 | Atualizado em: 22/10/2020 às 15:17

### Moradora de Jardim das Margaridas ganha R\$ 100 mil no Nota Premiada Bahia

Da Redação



Saiu nesta quinta-feira, 22, o resultado do sorteio de outubro da **Nota Premiada Bahia**, que contemplou 91 moradores de 24 municípios do estado. O prêmio de R\$ 100 mil foi para uma participante da capital, que mora no bairro do Jardim das Margaridas. Dos 90 prêmios de R\$ 10 mil, 53 foram para Salvador e 37 para o interior. A lista completa dos ganhadores pode ser **consultada no site**.

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram ganhadores, destaque para Itabuna, com um total de sete pessoas sorteadas. Na sequência estão Lauro de Freitas (3), Santo Antônio de Jesus (2), Camaçari (2), Jequié (2), Feira de Santana (2), Porto Seguro (2) e Mucuri (2). A lista é completada por quinze municípios com um sorteado cada: Ibirataia, Conceição do Coité, Ribeira do Pombal, Guanambi, Vitória da Conquista, Caetité, Valença, Taperoá, Eunápolis, Teixeira de Freitas, Itapetinga, Casa Nova, Campo Formoso, Barreiras e Juazeiro.

#### **Loteria Federal**

Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são homologados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada Bahia. Os bilhetes vencedores, como acontece desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado no site da campanha são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu

“Minha Conta”, escolher a opção “Bilhetes”. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

### **Solidariedade**

A Nota Premiada conta atualmente com quase 570 mil participantes inscritos no site. Do total de 950 pessoas sorteadas desde fevereiro de 2018, 606 moram na capital, 343 no interior e uma fora do estado. Além de concorrer aos sorteios, os participantes da campanha compartilham suas notas fiscais eletrônicas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 543. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.



Veículo: Site Correio 24 horas	Caderno:
Data: 22/10/2020	Página:

O QUE A BAHIA QUER SABER  
**Correio\***

## Nota Premiada Bahia contempla 91 ganhadores de 24 municípios

Prêmio de R\$ 100 mil foi para uma pessoa da capital; dos 90 prêmios de R\$ 10 mil, 53 foram para Salvador e 37 para o interior

Da Redação

[redacao@correio24horas.com.br](mailto:redacao@correio24horas.com.br)

22.10.2020, 19:10:00



O resultado do sorteio de outubro da Nota Premiada Bahia foi divulgado nesta quinta-feira (22) e 91 moradores de 24 municípios do estado foram contemplados. O prêmio de R\$ 100 mil foi para uma participante da capital, que mora no bairro do Jardim das Margaridas. Dos 90 prêmios de R\$ 10 mil, 53 foram para Salvador e 37 para o interior.

A lista completa dos ganhadores pode ser consultada no site da campanha ou no Instagram da Nota Premiada, além das redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia.

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram ganhadores, destaque para Itabuna, com um total de sete pessoas sorteadas. Na sequência estão Lauro de Freitas (3), Santo Antônio de Jesus (2), Camaçari (2), Jequié (2), Feira de Santana (2), Porto Seguro (2) e Mucuri (2).

Completam a lista 15 municípios com um sorteado cada: Ibirataia, Conceição do Coité, Ribeira do Pombal, Guanambi, Vitória da Conquista, Caetitê, Valença, Taperoá, Eunápolis, Teixeira de Freitas, Itapetinga, Casa Nova, Campo Formoso, Barreiras e Juazeiro.

**Loteria Federal** Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são homologados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada Bahia. Os bilhetes vencedores, como ocorre desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado no site da campanha são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu 'Minha Conta', escolher a opção 'Bilhetes'. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

A Nota Premiada possui atualmente com quase 570 mil participantes inscritos no site. Do total de 950 pessoas sorteadas desde fevereiro de 2018, 606 moram na capital, 343 no interior e uma fora do estado. Além de concorrer aos sorteios, os participantes da campanha compartilham suas notas fiscais eletrônicas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 543. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.



# Nota Premiada Bahia contempla 91 ganhadores de 24 municípios

22 outubro 2020



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

Saiu nesta quinta-feira (22) o resultado do sorteio de outubro da Nota Premiada Bahia, que contemplou 91 moradores de 24 municípios do estado. O prêmio de R\$ 100 mil foi para uma participante da capital, que mora no bairro do Jardim das Margaridas. Dos 90 prêmios de R\$ 10 mil, 53 foram para Salvador e 37 para o interior.

A lista completa dos ganhadores pode ser consultada no [site da campanha](#) e ainda no [Instagram da Nota Premiada](#), além das redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba).

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram ganhadores, destaque para Itabuna, com um total de sete pessoas sorteadas. Na sequência estão Lauro de Freitas (3), Santo Antônio de Jesus (2), Camaçari (2), Jequié (2), Feira de Santana (2), Porto Seguro (2) e Mucuri (2).

Completam a lista 15 municípios com um sorteado cada: Ibirataia, Conceição do Coité, Ribeira do Pombal, Guanambi, Vitória da Conquista, Caetité, Valença,



Taperoá, Eunápolis, Teixeira de Freitas, Itapetinga, Casa Nova, Campo Formoso, Barreiras e Juazeiro.

## Loteria Federal

Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são homologados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada Bahia. Os bilhetes vencedores, como ocorre desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado no site da campanha são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no [site da Nota Premiada](#). Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu 'Minha Conta', escolher a opção 'Bilhetes'. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

## Solidariedade

A Nota Premiada possui atualmente com quase 570 mil participantes inscritos no site. Do total de 950 pessoas sorteadas desde fevereiro de 2018, 606 moram na capital, 343 no interior e uma fora do estado. Além de concorrer aos sorteios, os participantes da campanha compartilham suas notas fiscais eletrônicas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 543. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

**Fonte: Ascom/Sefaz-BA**

---

---



Veículo: Site iBahia	Online
Data: 22/10/2020	Caderno: Notícias



## BAHIA

# Nota Premiada divulga vencedores do mês de outubro; 54 são moradores de Salvador

*Moradora do Jardim das Margaridas fatura prêmio de R\$ 100 mil*

Redação iBahia ([redacao@portalbahia.com.br](mailto:redacao@portalbahia.com.br))

22/10/2020 às 16h44

O resultado do sorteio de outubro da Nota Premiada Bahia foi divulgado nesta quinta-feira (22) e teve 91 contemplados. O prêmio de R\$ 100 mil foi para uma participante da capital, que mora no bairro do Jardim das Margaridas. Dos 90 prêmios de R\$ 10 mil, 53 foram para Salvador e 37 para o interior

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram ganhadores, destaque para Itabuna, com um total de sete pessoas sorteadas. Na sequência estão Lauro de Freitas (3), Santo Antônio de Jesus (2), Camaçari (2), Jequié (2), Feira de Santana (2), Porto Seguro (2) e Mucuri (2). A lista é completada por quinze municípios com um sorteado cada: Ibirataia, Conceição do Coité, Ribeira do Pombal, Guanambi, Vitória da Conquista, Caetité, Valença, Taperoá, Eunápolis, Teixeira de Freitas, Itapetinga, Casa Nova, Campo Formoso, Barreiras e Juazeiro.

A lista completa de ganhadores pode ser consultada no site

[www.notapremiadabahia.ba.gov.br](http://www.notapremiadabahia.ba.gov.br) e ainda no Instagram [@notapremiadabahia](https://www.instagram.com/notapremiadabahia) e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia: Instagram [@sefazbahia](https://www.instagram.com/sefazbahia), Facebook [@sefaz.govba](https://www.facebook.com/sefaz.govba) e Twitter [@sefazba](https://twitter.com/sefazba).

Veículo: Site Acorda Cidade	Online
Data: 22/10/2020	Caderno: Notícias



Publicado em 22/10/2020 16h50.

## Nota Premiada Bahia contempla 91 ganhadores de 24 municípios

A lista completa dos ganhadores pode ser consultada no site da campanha e ainda no Instagram da Nota Premiada, além das redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba).

Mudar o tamanho da letra: A+ A-



Acorda Cidade

Saiu nesta quinta-feira (22) o resultado do sorteio de outubro da Nota Premiada Bahia, que contemplou 91 moradores de 24 municípios do estado. O prêmio de R\$ 100 mil foi para uma participante da capital, que mora no bairro do Jardim das Margaridas. Dos 90 prêmios de R\$ 10 mil, 53 foram para Salvador e 37 para o interior.

A lista completa dos ganhadores pode ser consultada no site da campanha e ainda no Instagram da Nota Premiada, além das redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba).

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram ganhadores, destaque para Itabuna, com um total de sete pessoas sorteadas. Na sequência estão Lauro de Freitas

(3), Santo Antônio de Jesus (2), Camaçari (2), Jequié (2), Feira de Santana (2), Porto Seguro (2) e Mucuri (2).

Completam a lista 15 municípios com um sorteado cada: Ibirataia, Conceição do Coité, Ribeira do Pombal, Guanambi, Vitória da Conquista, Caetité, Valença, Taperoá, Eunápolis, Teixeira de Freitas, Itapetinga, Casa Nova, Campo Formoso, Barreiras e Juazeiro.

### **Loteria Federal**

Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são homologados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada Bahia. Os bilhetes vencedores, como ocorre desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado no site da campanha são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu ‘Minha Conta’, escolher a opção ‘Bilhetes’. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

### **Solidariedade**

A Nota Premiada possui atualmente com quase 570 mil participantes inscritos no site. Do total de 950 pessoas sorteadas desde fevereiro de 2018, 606 moram na capital, 343 no interior e uma fora do estado. Além de concorrer aos sorteios, os participantes da campanha compartilham suas notas fiscais eletrônicas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 543. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 23/10/2020	Caderno: Notícias



## RESULTADO DO SORTEIO DA NOTA PREMIADA BAHIA É DIVULGADO



23 Outubro, 2020

O resultado do sorteio de outubro da Nota Premiada Bahia foi divulgado nesta quinta-feira (22) e 91 moradores de 24 municípios do estado foram contemplados. O prêmio de R\$ 100 mil foi para uma participante da capital, que mora no bairro do Jardim das Margaridas. Dos 90 prêmios de R\$ 10 mil, 53 foram para Salvador e 37 para o interior.

A lista completa dos ganhadores pode ser consultada no site da campanha ou no Instagram da Nota Premiada, além das redes sociais da **Secretaria da Fazenda da Bahia**.

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram ganhadores, destaque para Itabuna, com um total de sete pessoas sorteadas. Na sequência estão Lauro de Freitas (3), Santo Antônio de Jesus (2), Camaçari (2), Jequié (2), Feira de Santana (2), Porto Seguro (2) e Mucuri (2).

Completam a lista 15 municípios com um sorteado cada: Ibirataia, Conceição do Coité, Ribeira do Pombal, Guanambi, Vitória da Conquista, Caetité, Valença, Taperoá, Eunápolis, Teixeira de Freitas, Itapetinga, Casa Nova, Campo Formoso, Barreiras e Juazeiro.

Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são homologados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada Bahia. Os bilhetes vencedores, como ocorre desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 543. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades. (Com informações do Correio)



Veículo: Site Blog do Valente	Online
Data: 22/10/2020	Caderno: Notícias



## Nota Premiada: Dois contemplados do mês de outubro são de SAJ; confira

Santo Antônio de Jesus / 0

Por [Ana Almeida](#) / 22/10/2020 às 17:45



Dois moradores da cidade de Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo baiano, foram contemplados no sorteio de outubro da Nota Premiada Bahia, com R\$ 10 mil cada. O resultado foi publicado nesta quinta-feira (22) no site [www.notapremiadabahia.ba.gov.br](http://www.notapremiadabahia.ba.gov.br) e também nas redes sociais @notapremiadabahia e @sefazbahia (Instagram), @sefaz.govba (Facebook) e @sefazba (Twitter). Além dos ganhadores da cidade, a campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado premiou 54 participantes de Salvador e outros 35 do interior, totalizando 91 ganhadores e R\$ 1 milhão em prêmios: um especial de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil.

O prêmio de R\$ 100 mil foi para uma participante da capital, que mora no bairro do Jardim das Margaridas. Entre os municípios do interior, Santo Antônio é o terceiro que mais teve contemplados neste sorteio, ao lado de outras cinco cidades que também tiveram dois premiados. Ao todo, a cidade possui cinco participantes sorteados desde o início da campanha, em 2018.

Na relação dos municípios com participantes sorteados em outubro, aparecem ainda Itabuna (7), Lauro de Freitas (3), Camaçari (2), Jequié (2), Feira de Santana (2), Porto Seguro (2) e Mucuri (2). A lista é completada por quinze municípios com um sorteado cada: Ibirataia, Conceição do

Coité, Ribeira do Pombal, Guanambi, Vitória da Conquista, Caetité, Valença, Taperoá, Eunápolis, Teixeira de Freitas, Itapetinga, Casa Nova, Campo Formoso, Barreiras e Juazeiro.

### **Loteria Federal**

Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são homologados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada Bahia. Os bilhetes vencedores, como acontece desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado no site da campanha são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu “Minha Conta”, escolher a opção “Bilhetes”. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

### **Solidariedade**

A Nota Premiada conta atualmente com quase 570 mil participantes inscritos no site. Do total de 950 pessoas sorteadas desde fevereiro de 2018, 606 moram na capital, 343 no interior e uma fora do estado. Além de concorrer aos sorteios, os participantes da campanha compartilham suas notas fiscais eletrônicas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 543. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

Veículo: Site Camaçari Notícias	Online
Data: 22/10/2020	Caderno: Notícias

## CAMAÇARI NOTÍCIAS

### CAMAÇARI

#### **Novo sorteio da Nota Premiada contempla dois moradores de Camaçari**

O resultado do sorteio da Nota Premiada Bahia, que contemplou 91 moradores de 24 municípios do estado saiu nesta quinta-feira (22). Dois moradores da cidade de Camaçari, foram contemplados no sorteio, com R\$ 10 mil cada. O prêmio de R\$ 100 mil foi para uma participante da capital, que mora no bairro do Jardim das Margaridas. Dos 90 prêmios de R\$ 10 mil, 53 foram para Salvador e 37 para o interior. A lista completa dos ganhadores pode ser consultada no **site da campanha**.

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram ganhadores, destaque para Itabuna, com um total de sete pessoas sorteadas. Na sequência estão Lauro de Freitas (3), Santo Antônio de Jesus (2), Camaçari (2), Jequié (2), Feira de Santana (2), Porto Seguro (2) e Mucuri (2).

Completam a lista 15 municípios com um sorteado cada: Ibirataia, Conceição do Coité, Ribeira do Pombal, Guanambi, Vitória da Conquista, Caetité, Valença, Taperoá, Eunápolis, Teixeira de Freitas, Itapetinga, Casa Nova, Campo Formoso, Barreiras e Juazeiro.

#### **Loteria Federal**

Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são homologados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada Bahia. Os bilhetes vencedores, como ocorre desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado no site da campanha são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu 'Minha Conta', escolher a opção 'Bilhetes'. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

## **Solidariedade**

A Nota Premiada possui atualmente com quase 570 mil participantes inscritos no site. Do total de 950 pessoas sorteadas desde fevereiro de 2018, 606 moram na capital, 343 no interior e uma fora do estado. Além de concorrer aos sorteios, os participantes da campanha compartilham suas notas fiscais eletrônicas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 543. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

Veículo: Site Folha do Estado	Online
Data: 22/10/2020	Caderno: Notícias

**FOLHA DO ESTADO**  
DA BAHIA

# Dois feirenses entre vencedores do Nota Premiada Bahia

Sorteio contempla 91 ganhadores de 24 municípios

22/10/2020 às 05:35h



Crédito: Mateus Pereira/GOVBA

Saiu nesta quinta-feira (22) o resultado do sorteio de outubro da Nota Premiada Bahia, que contemplou 91 moradores de 24 municípios do estado. O prêmio de R\$ 100 mil foi para uma participante da capital, que mora no bairro do Jardim das Margaridas. Dos 90 prêmios de R\$ 10 mil, 53 foram para Salvador e 37 para o interior.

A lista completa dos ganhadores pode ser consultada no site da campanha e ainda no Instagram da Nota Premiada, além das redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba).

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram ganhadores, destaque para Itabuna, com um total de sete pessoas sorteadas. Na sequência estão Lauro de Freitas (3), Santo Antônio de Jesus (2), Camaçari (2), Jequié (2), Feira de Santana (2), Porto Seguro (2) e Mucuri (2).

Completam a lista 15 municípios com um sorteado cada: Ibirataia, Conceição do Coité, Ribeira do Pombal, Guanambi, Vitória da Conquista, Caetité, Valença, Taperoá, Eunápolis, Teixeira de Freitas, Itapetinga, Casa Nova, Campo Formoso, Barreiras e Juazeiro.

## Loteria Federal

Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são homologados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada Bahia. Os bilhetes vencedores, como ocorre desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado no site da campanha são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser

conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu 'Minha Conta', escolher a opção 'Bilhetes'. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

### **Solidariedade**

A Nota Premiada possui atualmente com quase 570 mil participantes inscritos no site. Do total de 950 pessoas sorteadas desde fevereiro de 2018, 606 moram na capital, 343 no interior e uma fora do estado. Além de concorrer aos sorteios, os participantes da campanha compartilham suas notas fiscais eletrônicas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 543. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

Veículo: Site Voz da Bahia	Online
Data: 22/10/2020	Caderno: Notícias



## Nota Premiada divulga vencedores do mês de outubro; 2 são moradores de S. A. de Jesus

Por  
Fernanda Pinheiro

22 de outubro de 2020 às 17:58



O resultado do sorteio de outubro da Nota Premiada Bahia foi divulgado nesta quinta-feira (22) e teve 91 contemplados. O prêmio de R\$ 100 mil foi para uma participante da capital, que mora no bairro do Jardim das Margaridas. Dos 90 prêmios de R\$ 10 mil, 53 foram para Salvador e 37 para o interior.

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram ganhadores, destaque para Itabuna, com um total de sete pessoas sorteadas. Na sequência estão Lauro de Freitas (3), Santo Antônio de Jesus (2), Camaçari (2), Jequié (2), Feira de Santana (2), Porto Seguro (2) e Mucuri (2). A lista é completada por quinze municípios com um sorteado cada: Ibirataia, Conceição do Coité, Ribeira do Pombal, Guanambi, Vitória

da Conquista, Caetité, Valença, Taperoá, Eunápolis, Teixeira de Freitas, Itapetinga, Casa Nova, Campo Formoso, Barreiras e Juazeiro.

A lista completa de ganhadores pode ser consultada no site [www.notapremiadabahia.ba.gov.br](http://www.notapremiadabahia.ba.gov.br) e ainda no Instagram @notapremiadabahia e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia: Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba. (Ibahia)



Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 23/10/2020	Página: A2

## Argentina quer mais negócios com a Bahia

A Bahia foi o primeiro estado visitado pelo embaixador da Argentina no Brasil, Daniel Scioli, com o objetivo de ampliar as relações comerciais entre os dois países integrantes do Mercosul.

Scioli visitou a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), acompanhado do cônsul-geral da Argentina em Salvador, Pablo Virasoro, com quem expôs o interesse de fazer do Brasil o principal parceiro comercial.

A Argentina convida o Brasil a planejar em conjunto estratégias de recuperação mais rápida dos impactos da pandemia, tão logo a vacina esteja disponível.

Depois de reunir-se com representantes da Federação do Comércio (Fecomércio) e Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (Faeb), os argentinos estiveram com o presidente da Fieb, Ricardo Alban.

– Há boa perspectiva na área de energia, pela produção de gás, principalmente agora com a privatização do terminal da Petrobras – disse Alban.

O presidente da Fieb acrescentou a pauta comum dos negócios agrícolas em relação a importação de trigo e exportação de soja e algodão produzidos principalmente no oeste baiano, enquanto a venda de automóveis registra 68% das vendas para a Argentina.

Também entre argentinos e baianos há boas possibilidades de entendimento de pequenas e médias empresas. Em 2019, a Bahia exportou US\$ 610 milhões para a Argentina e até setembro, o total foi de US\$ 274 milhões, apesar da pandemia.

Também participaram da reunião o vice-presidente da Fieb e presidente do Conselho de Comércio Exterior, Ângelo Calmon de Sá Jr., além do superintendente Vladson Menezes.

**DINHEIRO** Banco lidera ranking de instituições financeiras que mais emprestaram para os negócios de menor porte

## Caixa atinge R\$ 25 bi em crédito para pequenas empresas

**MARJORIE MOURA E AGÊNCIAS**

A Caixa Econômica Federal atingiu a marca de R\$ 25 bilhões disponibilizados para micro e pequenas empresas nas principais linhas de crédito durante a pandemia da Covid-19.

Segundo a instituição, cerca de 200 mil empresas fecharam contratos. Com esse resultado, o banco lidera o ranking de instituições financeiras que mais forneceram crédito para o setor.

Gerente da Unidade de Acesso a Crédito do Sebrae-BA, o economista Vitor Lopes, explicou que já é possível perceber maior vo-

lume de oferta de crédito para empresas de menor porte, principalmente por parte de bancos oficiais. Mesmo recebendo garantias por parte do governo federal os bancos privados não mudaram a postura de cautela.

O retorno ao funcionamento das lojas de rua e do comércio do bairro também aumentou o capital disponível no mercado e a necessidade de obtenção de crédito diminuiu, avaliou. Mas a situação ainda é preocupante porque a atividade do pequeno empresário vem sendo uma das mais atingidas pela pandemia.

São três principais linhas de crédito. Pelo Programa

Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronamp) que contratou R\$ 12 bilhões. Pelo Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) foram emprestados R\$ 10,5 bilhões. Essa linha oferece taxa de juros a partir de 0,63% ao mês. O cliente tem até 60 meses para quitar o empréstimo e conta com uma carência nos pagamentos que varia de seis a 12 meses.

No caso do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe), em parceria com o Sebrae foram liberados R\$ 2,5 bilhões. Essa linha pode garantir até 80% de uma operação de crédito contratada, dependendo do



**Lopes diz que é possível perceber oferta maior de crédito**

porte empresarial do solicitante e da modalidade de financiamento.

### Como contratar

Segundo a Caixa Econômica Federal, para contratar qualquer uma das linhas, com exceção do Pronampe, que já teve seu limite atingido, os

clientes podem acessar o site e preencher um formulário de interesse ao crédito.

O banco entrará em contato se a empresa estiver apta a contratar o financiamento. A solicitação também pode ser feita nas agências da Caixa.

# Governo pode contratar mais de 50 mil servidores

**ORÇAMENTO DE 2021** Na contramão do que havia sido indicado pelo governo, a proposta de Orçamento enviada ao Congresso prevê a contratação de 50.946 servidores em 2021, em todos os Poderes. O impacto financeiro para repor essas vagas foi estimado em R\$ 2,4 bilhões, sendo R\$ 2,1 bilhões só no Executivo. A partir de 2022, o custo anualizado para manter essas novas despesas sobe para R\$ 4,5 bilhões.

A proibição de contratar novos servidores até o fim de 2021 havia sido incluída na lei complementar 173, que garantiu um alívio financeiro de R\$ 125 bilhões a Estados e municípios para o combate da covid-19. Como

**●● O número está elevado. Não tem transparência no cumprimento da legislação**  
Leonardo Ribeiro  
economista do Senado

contrapartida a essa ajuda, o ministro da Economia, Paulo Guedes, cobrou o congelamento dos salários até dezembro do próximo ano, com a justificativa de evitar que o dinheiro extra fosse usado para outras finalidades, como reajuste do funcionalismo em pleno ano eleitoral. Pelo texto da lei, porém, a proibição para contratar novos funcionários vale salvo reposições decorrentes de vacâncias de cargos e contratações de temporárias para prestação de serviço militar. Como a legislação não diz em que tempo, ficou uma brecha.

Promoções de carreiras dos servidores também têm sido tentadas por meio desse artifício. O episódio mais recente envolveu os procuradores federais da Advocacia-Geral da União (AGU). A promoção de 606 procura-

dores de uma só vez acabou sendo suspensa após a repercussão negativa.

Para o economista do Senado Leonardo Ribeiro, a lei foi feita às pressas e deixou brechas. Ele considera elevado o número de novas contratações, comparado à taxa de reposição das aposentadorias que o próprio governo tem projetado, em torno de 26%. "O número está elevado. Não tem transparência no cumprimento da legislação", avalia. Ribeiro defende a regulamentação pelo governo da lei 173 para afastar dúvidas e insegurança jurídica.

Em nota, o Ministério da Economia afirmou que analisará "caso a caso" as solicitações de concursos públicos. Levantamento do próprio ministério prevê que 110.481 servidores podem se aposentar até 2025.

## Governo simplifica formulário do eSocial

**MENOS CAMPOS** O governo federal lançou ontem um novo formulário para o eSocial - plataforma de registro de informações para o cumprimento de obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias. Segundo o Ministério da Economia, as mudanças visam simplificar e facilitar o preenchimento

do formulário, eliminando campos desnecessários. De acordo com o ministério, o novo formato atende reivindicações de empregadores sem prejudicar a manutenção das informações.

"Não muda nada para o empregado, não reduz em nada com relação ao empregado e não se toca em políti-

ca. É só retirada da burocracia para melhorar o ambiente de negócios", afirmou o secretário de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco segundo o portal G1. O órgão afirma que a revisão das normas faz parte de um esforço para diminuir o chamado "custo Brasil".

Veículo: Correio

Data: 23/10/2020

Caderno:

Página:

**Correio**

# miriam leitão



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

Assunto constitucional não é interna corporis, é assunto constitucional. Pode-se alterar a Constituição, mas não descumprí-la. Esse é o ponto que está em questão no esforço dos presidentes do Senado e da Câmara de permanecer no cargo. Eles torcem para que o ministro Gilmar Mendes considere que a reeleição seja considerada uma questão interna. O problema é que se a liminar do ministro disser apenas isso há o risco de se criar o seguinte e perigoso precedente: mudar o regimento interno para alterar-se a Constituição.

O STF será usado para a realização de ambições pessoais, mais explícitas no caso do senador Davi Alcolumbre, de permanecer onde está. Alcolumbre tem feito tudo, até calar-se diante do abjeto escândalo das cuecas e preparar o forno de pizza para assim ficar bem com todo mundo.

A análise de parlamentares e de um ministro do Supremo ouvidos pela coluna é a de que o relator pode dizer que é interna corporis e isso será interpretado como licença para apenas alterar o regimento interno das Casas.

— Questão constitucional nunca será um problema interna

corporis — alerta um ministro do STF.

— A Constituição é claríssima, não cabe interpretação, não é possível a reeleição. Vão pegar o termo em latim que provavelmente estará na liminar para de forma apressada fazer o rito de alteração do regimento interno. Mas se o ato interno é regido pela Constituição esse não pode ser o caminho. Se o constituinte achou por bem normatizar, só por emenda pode ser alterada — explicou um parlamentar.

O Congresso tem dado nos últimos tempos um show de subserviência, pelas mais variadas razões e interesses. Ao fazer isso, deixa de cumprir seu papel com a independência prevista na Constituição. Na sabatina do agora ministro Kassio Nunes, quase todos fugiram ao

## Congresso subserviente

seu papel. A sabatina não é um ato de louvação, mas sim uma forma de permitir que o país conheça quem tomará decisões que influenciarão nossas vidas nos próximos anos e décadas. O advogado Kassio Nunes abriu a fala usando um termo caro aos evangélicos. Falou que sentiu essa nomeação como um “chamado”. Disse que é católico e citou a bíblia e o rezar de mãos postas. Há ministros no Supremo extremamente religiosos que não usaram o nome de Deus para dissolver resistências. Isso não é argumento num estado laico. Ensaboado, escorregou de várias questões, mas, a não ser raras e valiosas exceções, não foi sabatinado. Foi bajulado.

Esta semana passou sem contestação no Senado os nomes de três militares para a Au-

toridade Nacional de Proteção dos Dados. Isso não faz sentido. Teriam que ser nomes técnicos com conhecimento suficiente e vida profissional dedicada à questão em si. Os militares não podem ser vetados por serem militares, mas não devem ter maioria nessa agência.

O Congresso aceitou todas as pressões do Planalto para adiar a análise dos vetos presidenciais para que o governo consiga arregimentar mais apoios. Um desses vetos é aguardado por inúmeras empresas para fazerem seu planejamento de 2021.

Recentemente, o relator do Orçamento, ao sair do Ministério da Economia, disse que só terminaria seu trabalho quando o ministro Paulo Guedes concordasse com tudo. Ele estava tentando criar um programa social que o

governo não consegue, mas agia como se fosse do Executivo. O Orçamento passa pelo Congresso para que seja analisado, alterado, confirmado ou acrescido dentro das regras fiscais, mas a relatorianão é o ato de buscar carimbos no Ministério da Economia. O senador bolsonarista Marcio Bittar foi escolhido a dedo para seguir ordens. Ele inaugurou seu mandato no Senado assinando junto com o senador Flávio Bolsonaro uma proposta do fim do mundo: queria acabar com toda a reserva legal da Amazônia. Ou seja, pôr a floresta abaixo. Essa delirante proposta acabou arquivada mas só a assinaria quem estivesse disposto a tudo para agradar o governo.

Os poderes são harmônicos, mas independentes. Quando um se submete ao outro está traindo seu papel institucional. As negociações, os acordos, a harmonia devem existir, mas não para encobrir malfeitos de parlamentares, blindar a família do presidente, atender aos interesses continuistas. O Congresso está escolhendo ser a casa do “sim, senhor” para um presidente que tem demonstrado não entender quais são os limites do poder da presidência numa democracia. Isso torna tudo mais perigoso.

Veículo: Correio

Data: 23/10/2020

Caderno:

Página:

**Correio**

**BRASIL**

# FAROL ECONÔMICO

**POR DONALDSON GOMES**



@donaldsongomes

## UM FUTURO PROMISSOR

A Bahia deve receber 28% do total de investimentos previstos para a mineração brasileira até o ano de 2024, de acordo com projeções do Instituto Brasileiro da Mineração (Ibram). A estimativa é que novos negócios ou ampliações de projetos existentes demandem US\$ 10,5 bilhões até lá, para a produção de cobre, ferro, zinco, níquel, magnesita, bauxita, ouro, vanádio e calcário. Só Minas Gerais tem previsão maior, com uma estimativa de US\$ 12,5 bilhões. No terceiro trimestre deste ano, a atividade mineral faturou R\$ 1,7 bilhão aqui na Bahia, segundo o Ibiam. O estado foi o quarto do país em recolhimento de CFEM (os royalties do setor). "A perspectiva para os próximos trimestres é manter a curva ascendente nesses indicadores, desde, é claro, que a pandemia ou outros fatores não interfiram no desempenho industrial, no Brasil e nos mercados compradores de minérios", avalia Flávio Penido, diretor-presidente do Ibiam.

**“ A perspectiva para os próximos trimestres é manter a curva ascendente Flávio Penido**

Diretor-presidente do Ibiam

## Panorama

Para 35,89% das agências de publicidade baianas, serão necessários mais de seis meses para recuperar a perda de faturamento com a crise do coronavírus, segundo dados da pesquisa VANPro (Visão de Ambiente de Negócios em Agências de Propaganda), realizada pela Federação Nacional das Agências de Propaganda (Fenapro), em parceria com o Sindicato das Agências de Propaganda do Estado da Bahia (Sinapro-Bahia). Apenas 5,33% das agências acreditam que não vão conseguir voltar ao patamar pré-crise, enquanto 33,33% delas dizem não ter experimentado queda em suas receitas. Para quase 40% das agências baianas, o maior desafio no período é a captação de recursos, seguida pela gestão financeira, com 30,77% das respostas.

## Recorde de vendas

O processo de retomada frente à crise provocada pela pandemia tem sido super positivo para a indústria têxtil Polo Salvador. No mês de setembro, as vendas aumentaram mais de 30% em relação ao mês de agosto, representando, inclusive, o mês de maior faturamento da história da empresa, que possui mais de 10 anos no mercado. "Os meses de março, abril e maio foram os mais difíceis, mas conseguimos passar pelo ponto alto da crise sem demitir nenhum colaborador", lembra Hari Hartmann, diretor da Polo Salvador.

## Nova unidade

A RedeMix avança em seu plano de expansão e inaugura em dezembro a décima quinta loja do grupo, com um investimento de R\$ 15 milhões e a geração de 120 novos empregos. Essa unidade, em Ondina, é a segunda da rede que foi aberta este ano. Confiante na retomada da economia, a empresa se prepara para inaugurar outras duas unidades em 2021, uma delas no primeiro semestre, na Vitória, que vai integrar o projeto Vitória Boulevard, empreendimento imobiliário com um mix de serviços.

# 30

por cento foi o aumento registrado nas vendas da Polo Salvador em setembro

**Donaldson Gomes** é editor e escreve às sextas-feiras

# Mais\*

## O SEBRAE OFERECE ATENDIMENTO COM ORIENTAÇÕES EMPRESARIAIS, PROMOVE EVENTOS E CAPACITAÇÕES



FABIO CRUZAS

# Por que as empresas baianas têm vida tão curta?

**Pesquisa** do IBGE mostra que 6 em cada 10 empreendimentos na Bahia fecham antes de cinco anos

**Gabriel Amorim\***

REPORTAGEM  
gabriel.amorim@redetbahia.com.br

Abrir o próprio negócio pode ser o sonho de muitos, mas para vários baianos tem sido quase um pesadelo. É que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 6 em cada 10 empresas no estado fecham as portas antes de completar cinco anos. Quando o tempo de vida aumenta para pelo menos uma década, o número de em-

presas sobreviventes cai para 2 em cada 10.

O cenário levanta o questionamento: o que leva as empresas baianas a terem uma vida tão curta? Quem trabalha com o empreendedorismo explica que são muitas razões que podem influenciar. "Existem uma conjunção de fatores internos que não são controlados, como é o caso da própria pandemia, que demanda uma ação diferente para que a empresa não feche. Neste momento, o que contou muito para a empresa não fechar foi a capacidade de reação rápida às mudanças do mercado e do comportamento do consumidor", opina o analista do Sebrae, Wagner Gomes.

A pandemia foi justamente a razão de Breno Marques fechar o estúdio de crossfit, oito meses após ter inaugurado em setembro de 2019. "Quando veio a pandemia, foi difícil se adap-

Os dados sobre as empresas baianas são do estudo Demografia das Empresas e Estatísticas de Empreendedorismo

•• Não dá para querer administrar à distância e só querer ver o dinheiro chegar. O empreendedor precisa estar dentro do negócio  
Wagner Gomes  
analista do Sebrae

### OITO DICAS PARA O SEU NEGÓCIO NÃO ENTRAR NA ESTATÍSTICA

- **Planeje para poder mudar:** Quando uma empresa nasce planejada tem uma estrutura pensada, consegue fazer as mudanças necessárias no percurso.
- **Acompanhe as mudanças:** Esteja atento ao que acontece no mercado e ao comportamento do consumidor.
- **Estude o mercado:** Antes de começar entenda o mercado para aquele negócio que você está querendo abrir. Qual a demanda? Ele existe?
- **Cuidado com a saturação:** Você pode acabar decidindo por um negócio complementar ao primeiro e que ainda não esteja saturado.
- **O olho do dono engorda o gado:** Não dá para querer administrar a distância e só querer ver o dinheiro chegar.
- **Ouçã as críticas:** Não seja uma vítima da sua própria ideia e pense que só você sabe do negócio. Escute especialistas e seus clientes.

tar. As despesas foram ficando maiores que a receita e pra não se endividar muito decidimos fechar", conta ele.

### AGONIA DA PANDEMIA

Também por causa da pandemia, o empresário Felipe Muñoz fechou a filial da sua barbearia: "A unidade do Rio Vermelho era dentro de um shopping de rua, que não foi nada solidário no momento de negociar o aluguel e o condomínio". Com todo o foco na matriz, foi possível virar o jogo. "Na unidade da Pituba, a gente conseguiu 100% de desconto no aluguel, negociamos com cada fornecedor, conseguimos um empréstimo, foi possível reformar e crescer", diz Muñoz, que tem o negócio há cinco anos.

As dificuldades dos empreendedores baianos, no entanto, são bem anteriores às mudanças provocadas pelo coronavírus. Os dados divulgados pelo IBGE nesta quinta-feira, na pesquisa Demografia das Empresas e Estatísticas de Empreendedorismo, dizem respeito ao ano de 2018. Segundo o órgão, das 31.747 empresas locais que começaram a funcionar na época, na Bahia: 21,7% encerraram suas atividades antes de completar um ano; 57,1% fecharam as portas antes de cinco anos; e só 21,7% ainda estavam em atividade.

O estudo aponta, ainda, que em 2018, a Bahia teve o

menor número de empresas entrando em atividade dos últimos dez anos, com um total de 35.718. Com mais estabelecimentos fechando do que abrindo, o setor empresarial baiano encolheu 3,0% e atingiu seu menor tamanho desde 2009, com 218.841 unidades ativas. O percentual de empresas que sobreviveram na Bahia ficou entre os 10 mais baixos do país, e é menor do que a média do país e da região Nordeste.

Para Wagner Gomes, fatores que podem acabar gerando a vida curta das empresas pode envolver falta de planejamento, dificuldade de lidar com a parte financeira do negócio, e até falta de identificação do empreendedor com aquilo que escolheu gerir. "Não dá para querer administrar à distância e só querer ver o dinheiro chegar. O empreendedor precisa estar dentro do negócio", afirma.

No caso da empresária Gabriela Naves a identificação era forte e a dificuldade veio na falta de estudo prévio: "Comecei a fazer os doces fit para vender para amigos e quando vi já tinha comprado fogão e virado uma empresa. Mas não soube como fazer para manter o negócio viável e com qualidade". O consultor de negócios alerta que só se identificar com um segmento não é suficiente: "Se a empresa não está organizada as coisas ficam muito mais complexas".

### LADO POSITIVO

Apesar do cenário de redução no número de empresas existem também as estatísticas positivas. E recorde na Bahia o número de empresas que alcançaram o chamado alto crescimento, aquelas que mostram um aumento médio do pessoal ocupado assalariado de pelo menos 20% ao ano por um período de três anos seguidos e que tinham 10 ou mais trabalhadores assalariados no primeiro ano de observação.

O total de empresas de alto crescimento no estado subiu, de 2017 para 2018, 17,6%, passando de 1.980 para 2.328, o que representou incremento de 348 unidades locais dessa categoria. Quando se consideram apenas as empresas que nasceram em 2018, a Bahia teve uma taxa de 12,6%, o que significa que 27.583 empresas começaram a funcionar. O crescimento em relação ao ano anterior foi de 12,1%. Dentre as atividades econômicas, o segmento de saúde humana e serviços sociais teve a maior taxa de natalidade, em 2018: 18,2%, o que representou 2.598 empresas a mais.

\*COM ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA HIBERO

# Bahia implementa o primeiro Plano Estadual de Comunicação do país

REDAÇÃO

A partir de ontem, a Bahia passou a contar com o Plano Estadual de Comunicação aprovado em sessão plenária pelo Conselho Estadual de Comunicação Social da Bahia. Durante videoconferência na manhã de ontem, o secretário de Comunicação do Estado e presidente do Conselho de Comunicação, André Curvello, assinou documento autorizando a imediata aplicação do plano. Esta é uma iniciativa inédita no Brasil e o documento é fruto de amplo debate entre Governo do Estado, sociedade civil, entidades de classe, sindi-

catos, empresas de comunicação, trabalhadores e associações.

Segundo André Curvello, o Plano Estadual de Comunicação representa significativa contribuição para a democratização da comunicação, além de garantir o acesso do cidadão à informação. "O Plano significa mais uma etapa de consolidação de um processo democrático que a Bahia tanto valoriza. A Bahia sempre defendeu a democracia, a liberdade de expressão e comunicação. O Plano é feito pelo Conselho Estadual de Comunicação que tem representantes de diversos segmentos da sociedade e foi construído por eles. Registro meus parabéns a eles (conselheiros) e com isso a Bahia sai na frente por ter

esse plano inédito no Brasil e nos coloca, mais uma vez, em posição de vanguarda".

Membro do Conselho Estadual de Comunicação, Adelmano Assis, destacou o trabalho realizado de forma conjunta. "Acredito que a elaboração e aprovação desse plano servirá de exemplo para todo o Brasil. O texto foi elaborado através de diversas conversas e contribuições de entidades de diversos segmentos. Acreditamos que agora colocaremos em prática essa decisão e tudo que compõe esse documento. É um plano valioso e conseguimos inaugurar uma nova etapa que avança para além do que está escrito no documento".

O Plano Estadual de Comunicação Social é uma



**DURANTE** videoconferência na manhã de ontem, o secretário de Comunicação do Estado, André Curvello, assinou documento autorizando a imediata aplicação do plano

demanda prevista na constituição baiana e que vinha sendo trabalhado desde 2015. O documento recebeu contribuições de todos os segmentos sociais, representados no Conselho, e tem entre seus objetivos normatizar e orientar todas as ações nas diversas frentes da comunicação.

**O CONSELHO**  
O Conselho de Comunica-

ção Social do Estado foi regulamentado em maio de 2011 e teve o regimento interno aprovado em março de 2012. A Bahia é pioneira na criação do órgão, previsto na Constituição Federal de 1988 e também nas constituições estaduais.

De caráter consultivo e deliberativo, o conselho é integrado por 27 membros, sendo sete do poder público e 20 da sociedade civil.

Fazem parte das funções do órgão a proposição de medidas para o aperfeiçoamento da Política Estadual de Comunicação Social, a atuação em defesa dos direitos da sociedade baiana ligados ao segmento e a articulação de ações para que a distribuição das verbas publicitárias do Estado seja baseada em critérios técnicos de audiência com garantia da diversidade e pluralidade.

## CONJUNTURA

# Rui Costa diz que pulverização prejudica oposição a Bolsonaro



**O GOVERNADOR** da Bahia, Rui Costa (PT), disse ontem que a pulverização da oposição tem prejudicado os adversários de Jair Bolsonaro

RODRIGO DANIEL SILVA  
REPÓRTER

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), disse ontem que a pulverização da oposição tem prejudicado os adversários de Jair Bolsonaro (sem partido). O petista baiano voltou a defender a fusão entre PT, PSB e PCdoB para ter uma postura mais firme contra o presidente da República. Assim como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Rui reclamou de "boicote da grande mídia" contra os opositoristas.

"Hoje, infelizmente, a oposição está atuando de forma muito pulverizada. Ao se fragmentar e se pulverizar, você passa essa sensação de fragilidade. É por isso que estamos conversando, eu e outros governadores e outras lideranças,

vamos iniciar um movimento mais enfático de propor uma aglutinação daqueles que querem o bem do Brasil e aqueles que querem construir uma nação a todos os brasileiros, sem ódio e de inclusão social. Que tenha como prioridade combater as desigualdades e trazer justiça fiscal, com um país que prioriza educação, saúde pública e, se for o caso, defender inclusive fusão de partidos", declarou, em entrevista à rádio Metrôpole. "Quando se pulveriza demais, você se apresenta frágil. Quando você se apresenta unido, se apresenta mais forte. Nós temos que corrigir um problema nosso também e acho que nós devemos colocar vaidade pessoal de cada partido de lado e cuidar do Brasil antes que eles acabem de destruir o nosso país. No ritmo que vai,

a situação está muito complicada. Nenhum país do mundo consegue se desenvolver se isolando e se desmoralizando no mundo inteiro como o Brasil está desmoralizado", emendou.

Para Rui, a fusão do PT, PSB e PCdoB faria com a que a oposição passasse a "ter voz". "Se você funde o PT com PSB e eventualmente PCdoB, tem um partido com mais de 100 deputados na Câmara dos Deputados. Portanto, passaria a ter peso na articulação política e na votação, passaria a ter voz. Seria impossível qualquer veículo de imprensa sonegar e ouvir esse grande bloco de partido ou esse grande novo partido. É preciso diminuir a pulverização", pontuou. Em setembro, Rui já tinha defendido a fusão das siglas, e cutucou o ex-ministro Ciro Gomes

(PDT). "As propostas desses partidos não são tão diferentes e essa fusão poderia gerar o maior partido do Brasil", defendeu, em entrevista ao Jornal da Fórum. "O que não dá é pra um ir pra Paris e outro para o Chile, depois...", acrescentou.

Ainda na entrevista, Rui comentou a declaração de Lula sobre divulgar a Bahia para fora do estado. "O Nordeste hoje tem muitos talentos. Nós temos gestões exitosas. Além da Bahia, temos o Ceará, Piauí. Nós temos bons exemplos. Mas não é fácil as boas práticas do Nordeste ganharem visibilidade nacional. Nós temos buscado sim apresentar no Brasil as boas práticas, as boas experiências. Agora, nem sempre as nossas opiniões coincidem com as da turma do Sudeste ou de São Paulo", disse.

# Candidatos a prefeito de Salvador voltam a se confrontar amanhã

O debate da TVE será o segundo e provavelmente o último, já que as outras TVs cancelaram

RODRIGO DANIEL SILVA  
REPÓRTER

Os candidatos a prefeito de Salvador voltam a se confrontar amanhã em um debate promovido pela TVE Bahia e pela Rádio Educadora FM. O embate vai acontecer a partir das 18h30. A emissora convidou sete dos nove postulantes: Bruno Reis (DEM), Major Denice Santiago (PT), Olívia Santana (PCdoB), Bacelar (Podemos), Isidório (Avante), Celsinho Cotrim (Pros) e Hilton Coelho (PSOL). O encontro terá duas horas de duração.

O debate será o segundo e provavelmente o último, já que as TVs Record, Bahia e Aratu anunciaram que nes-

te ano não vão promover embates entre os postulantes ao Palácio Thomé de Souza. As emissoras argumentaram que a medida é para evitar a disseminação do coronavírus. Além da TVE, apenas a TV Bandeirante promoveu um embate entre os concorrentes ao Executivo soteropolitano.

Diretor-geral do Instituto de Radiodifusão do Estado da Bahia (IRDEB), Flávio Gonçalves, disse que a pandemia tornou ainda mais necessário o debate. "Os debates das emissoras públicas baianas contribuíram para que os eleitores tenham acesso aos planos de governo e propostas apresentadas diretamente pelos can-

didatos. Foi assim nas eleições de 2016 e de 2018. Mas neste ano em função da pandemia, o debate será ainda mais importante já que atividades presenciais de campanha estão muito prejudicadas", declarou.

Para ajudar os aliados a subirem nas pesquisas eleitorais, o governador Rui Costa (PT) tem feito campanha a favor do debate. Ontem, em entrevista à rádio Metrôpole, fez questão de divulgar o encontro. A estratégia também foi feita repetida em entrevistas coletivas. "No debate não tem ensaio, o povo vai ver quem está ou não preparado. Serve para mostrar quem tem mais conhecimento da cidade", afirmou. Apesar de defender os

embates entre os candidatos, Rui Costa só compareceu, na eleição de 2018 quando disputou a reeleição, a apenas dois debates: TV Bahia e TV Bandeirantes. Na época, o governador chegou a prometer que ia a todos os encontros.

Principal cabo eleitoral de Bruno Reis, o prefeito ACM Neto (DEM) minimizou a falta de debates entre os candidatos. "Cada emissora tem o direito de fazer a análise sobre a conveniência ou a oportunidade de realizar ou não. Não há nenhuma lei que obrigue o veículo de comunicação a realizar debate. Não existe isso. Então, é de acordo com a análise de cada emissora, veículo", declarou ACM Neto.



**DIRETOR-GERAL** do IRDEB, Flávio Gonçalves, disse que a pandemia tornou ainda mais necessário o debate

# Major Denice denuncia ataques de fake news e racismo difundidos na internet

HENRIQUE BRINCO  
REPÓRTER

A candidata à Prefeitura de Salvador Major Denice Santiago, da 'Coligação que Cuida de Gente' (PT-PSB), denunciou ontem ataques sofridos nas redes sociais, por meio de uma fake news espalhada sobre a idealizadora, fundadora e ex-comandante da Ronda Maria da Penha. Um vídeo falsamente atribuído à Major Denice, que tem circulado em perfis no Twitter, principalmente de pessoas e

blogs de política com linha editorial alinhada ao bolsonarismo, mostra entrevista de uma policial militar na qual ela afirma que "os bandidos só aponta uma arma porque tem medo da comunidade". A fala é atribuída propositadamente à candidata do PT à Prefeitura de Salvador, com o objetivo de prejudicar sua participação nas eleições, embora as imagens mostrem claramente que se trata de outra pessoa.

Segundo a assessora de imprensa da postulante, após tomar conhecimento

do caso, Denice acionou imediatamente o setor jurídico da coligação, que vai recorrer à Justiça para identificar e punir, com base na legislação, os responsáveis pela produção e disseminação da notícia falsa. Uma das postagens já foi excluída. Também serão denunciados atos racistas que foram identificados na página da candidata. Caricaturas discriminatórias foram registradas nos comentários das redes sociais dela.

"Vou recorrer à lei, que eu odeio e defendi a vida toda", afirmou a candidata.

## DECISÃO

# Bruno Reis tem propaganda suspensa após liminar obtida por candidata petista

HENRIQUE BRINCO  
REPÓRTER

A defesa da coligação "Que Cuida de Gente", encabeçada pela Major Denice Santiago (PT), conseguiu uma liminar para suspender uma propaganda eleitoral do candidato Bruno Reis (DEM), levada ao ar no último dia 18 de outubro, com duração de 30 segundos.

À peça, intitulada "Lá Vai Salvador Avançando", "foi

transmitida por meio de veiculação de cenas externas em sua integralidade, sem que o candidato da coligação representada tenha se pronunciado ou exposto qualquer proposta eleitoral". "A propaganda, narrada por terceiro que não o candidato, é transmitida na sua integralidade através de imagens de obras públicas e imagens externas, sem exposição pelo candidato e sem sequer ter a presença do mesmo em quase 100%

da publicidade", diz um trecho da ação.

O juiz eleitoral Almir Pereira de Jesus, da 10ª Zona Eleitoral, entendeu que "a veiculação de cenas externas somente poderá ocorrer se o candidato for, por ele próprio - vedada a exposição por interposta pessoa - o expositor das cenas levadas ao ar na propaganda e tais cenas devem tratar, exclusivamente das situações elencadas na norma legal sem o que haverá a irregularidade".

## Coluna ESPLANADA

LEANDRO MAZZINI



### TENSÃO NA PORTARIA

A Polícia Rodoviária Federal realizou na quarta-feira uma busca e apreensão em Salvador em operação contra fraude em combustíveis. É uma das poucas operações dentro do Termo de Conduta assinado com a Polícia Federal – a quem caberia o protagonismo – e o Ministério Público. O episódio revelou, para os policiais, como está tensa a situação nas grandes cidades. O zelador de um prédio onde reside um dos principais alvos não quis abrir de jeito algum o portão, pensado ser assalto, apesar dos soldados fardados e da apresentação do mandado judicial. Um policial teve de arrebentar a cerca elétrica e pular o portão. O porteiro seria preso, mas implorou perdão.

#### Que é isso!

Roque Saldanha (PMB), figura folclórica e candidato a prefeito em Teófilo Otoni (MG), diz que vai criar um grupo de extermínio para pegar políticos corruptos, se for eleito.

#### Medalhão

O candidato, popular na cidade por suas polêmicas verbais e medalhões no pescoço, penhorou um deles por R\$ 4,5 mil. É o seu maior bem, do patrimônio de R\$ 4.820,64.

#### Justiça a granel

Os sócios da Boate Kiss vão ter que ressarcir a União em R\$ 93.212,18, pelas despesas do INSS com o pagamento de benefícios previdenciários de dois ex-funcionários.

#### Confusão da toga

O advogado Alex Heleno Santore foi proibido pela Justiça de tomar posse como desembargador em Santa Catarina, e o clima ruim aumentou no Tribunal de Justiça do Estado. A canetada veio de cima. O presidente do STJ, ministro Humberto Martins, suspendeu acórdão do TRF4 que anulou decisão da OAB e do TJSC – ela barrava posse de Osmar Nunes Júnior, o novo escolhido.

#### É que..

.. Santore não cumpria, à ocasião da indicação em 2017, o requisito de 10 anos de advocacia. A decisão do STJ abre caminho para Nunes Júnior na cadeira do Tribunal.

#### Melou

Um juiz e um advogado foram alvos de buscas ontem em Arapongas (PR) por esquema de tráfico de influência. O da toga concedeu liminar em 2016 permitindo que o atual prefeito disputasse a eleição. A conta chegou agora. Estavam todos monitorados.

#### Aliás..

..o advogado do prefeito, enrolado com a Justiça, é Guilherme Gonçalves, que também defende clientes ilustres Paulo Bernardo e Gleisi Hoffmann, conhecidos do judiciário

#### Dançou no STJ

O MC Leozinho vai receber R\$ 20 mil de indenização do SBT. A emissora usou trecho da famosa música "Ela dança, eu danço" como

nome de programa, sem autorização.

#### Falou asneira

Um correntista de Brasília vai cancelar sua conta no Nubank, diante da declaração da sócia-fundadora, Cristina Junqueira, de que contratar negros seria nivelar por baixo.

#### Viaja, povo

O povo está ansioso para voltar a viajar, após esses cinco meses de confinamento Brasil adentro. É o que constatou pesquisa Elo / TRVL Lab: 83,27% não realizam viagens a lazer desde abril. Agora, 55% dos entrevistados querem viajar.

#### Sobre rodas

O carro é a opção de transporte preferida de 61% dos entrevistados. E os destinos mais procurados devem ser os naturais (praia e campo), apontado por 74% das pessoas.

#### Praias

Em junho a Coluna publicou sondagem nacional inédita, em parceria com a Paraná Pesquisas, sobre turismo nacional. Naquele mês, perguntados sobre quais os destinos preferidos, a maioria (35,4%) optou por praias.

#### Sombra fresca

Em setembro, mês mais quente do ano, pesquisa da OLX constatou que houve aumento de 62% na demanda por climatizadores de ar. A procura por umidificador e ar-condicionado cresceu 46% e 15%, respectivamente. De alta de 7% para os ventiladores.

#### ESPLANADEIRA

# A jornalista e apresentadora **Roseann Kennedy**, de Brasília (com passagens por *CBN*, *GNews*, *TV Brasil*) é a nova apresentadora do programa de entrevistas 'Poder em Foco', do SBT. # **Amigo Edu**, Canal de Educação, finanças e captação digital, realiza Vestibular Online de Medicina. # **HC**or qualifica mais de 10 mil profissionais de saúde do UPAs e centros de saúde públicos. # **Festival 'Ilumina Zona Oeste'** acontece, online, entre 6 e 8 de novembro.

# Governadores cogitam até consórcio para garantir vacina da Covid-19

ESTADÃO CONTEÚDO

**G**overnadores e secretários de Saúde do País cogitam a possibilidade de se unirem em um consórcio, para financiar e distribuir a Coronavac, assim que houver a aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A ideia ganha força diante da possibilidade de o presidente Jair Bolsonaro ignorar a vacina contra a covid-19, hoje em desenvolvimento pelo laboratório chinês Sinovac e o Instituto Butantã, por causa da disputa política com o governador João Doria (PSDB) e o país de origem do imunizante. O produto está em fase três de testes, com humanos, a última desse tipo de estudo.

A ideia ainda embrionária, porém, esbarra na dificuldade de se conseguir os recursos necessários para a realização do plano sem o apoio do governo federal. Representantes da gestão Doria pediram aporte de R\$ 1,9 bilhão ao Ministério da Saúde no projeto, mas o valor total pode



**O GOVERNADOR do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), admite que a ideia do consórcio já foi cogitada**

ser maior do que isso.

Uma das fontes de recursos estudada para garantir a Coronavac é a Medida Provisória 994, que prevê o aporte de R\$ 2 bilhões para a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). O dinheiro é destinado ao desenvolvimento de outra vacina, em parceria com a farmacêutica AstraZeneca, que detém os direitos de produção, distribuição e

comercialização do produto desenvolvido pela Universidade de Oxford, do Reino Unido. Esse é outro dos imunizantes na etapa final de testes e pesquisas. A ideia seria conseguir, durante a tramitação da MP no Congresso, a destinação de parte do montante para o Instituto Butantã e à pesquisa da Coronavac.

Ainda em agosto, Doria

pressionou a bancada paulista na Câmara para isso, como revelou o Estadão/Broadcast na época. Em reunião virtual com os deputados, o tucano disse que não poderia haver uma corrida da vacina e nem politização sobre o assunto. O tucano considerou injusto e uma discriminação que a MP destinasse todo o dinheiro apenas para a Fiocruz e nada para o Butantã.

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), admite que a ideia do consórcio já foi cogitada, mas acredita que haverá outra solução antes disso. "Acho que Bolsonaro está isolado e vai perder essa guerra disparatada. Tudo dependerá da validação das vacinas em nível internacional. Só teremos um cenário mais claro quando as agências reguladoras dos Estados Unidos, da União Europeia, do Japão e da China se posicionarem. E começar vacinação em massa em outros países. Então haverá argumentos suficientes para até mesmo recorrer ao Poder Judiciário", disse Dino ao Estadão/Broadcast.

## Ministro do STJ aparece de cueca em sessão virtual da corte

ESTADÃO CONTEÚDO

A República Federativa das Cuecas ganhou um novo episódio ontem, para ciúmes do senador Chico Rodrigues (DEM-RR), que agora terá que dividir seu protagonismo com um ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Tudo corria bem em mais uma sessão do tribunal. Com suas togas, os ministros da 6ª Turma do STJ faziam considerações profundas do saber jurídico, em uma sessão transmitida via internet, para o pleno vigor de transparência ao público. Mas acabou

transparecendo demais.

No meio da sessão, enquanto um de seus pares discorria sobre um julgamento, o ministro Néfi Cordeiro decidiu deixar a frente da tela do computador e foi até a estante de livros de sua casa, imagem tradicional da ostentação acadêmica e cultural em tempos de pandemia.

Com um celular nas mãos, escrevendo mensagens, Cordeiro esqueceu-se de prestar atenção no que dizia o colega de turma. Esqueceu-se, também, que havia deixado ligada a câmera de seu computador. Na tela, durante a discussão, o

ministro brilhou de cuecas, com a sua toga até a cintura, como mostram os segundos divulgados pelo site jurídico Jota.

Desnudada, a sessão seguiu adiante. Colegas de Néfi Cordeiro se mostraram 'consternados' com o episódio, não pelo que viram ou deixaram de ver, mas por ser justamente Cordeiro, ministro que nutre a imagem de ser 'muito sério' e decoroso com a diplomacia dos tribunais.

A reportagem tentou ouvir o ministro. A assessoria do STJ informou do gabinete de Néfi Cordeiro 'tem ciência de que esse

vídeo está circulando por redes sociais'. No entanto, declarou 'não irá se manifestar a respeito'.

Para tranquilidade da Nação e de Cordeiro, o STJ tratou de cortar o vídeo, de forma que os 14 segundos agora apagados da sessão passem a ter direito ao seu esquecimento. Durante a pandemia, todos os ministros do tribunal adotaram o 'home office' para seus trabalhos, com as sessões realizadas pela plataforma Zoom. Cabe aos magistrados escolherem se participam de casa ou de algum escritório. E com qual roupa. Ou não.

## PONTO DE VISTA **Cláudio Pimentel**

### Brasil Babilônia

**Q**uase 40 anos depois, dá para dizer que "Rio Babilônia", de 1982, é uma daquelas obras que atirou no que viu e acertou no que não viu: o Brasil de 2020. Apesar de ter sido alvo de polêmicas, acusado de sensacionalista, deturpado e outros exageros, o filme de Neville D'Almeida foi além de mostrar uma cidade predadora, convivendo com altas doses de luxúria, arrivismo, deslumbre, progresso, pobreza, violência, corrupção, drogas, desmandos. Captou algo raro: o instante em que o ovo da serpente era posto. Foi premonitório.

Formei-me em jornalismo em 1982 e fiquei tocado ao rever, na madrugada de domingo, as solares e exuberantes imagens do filme, exibido no Canal Brasil. Bateu uma nostalgia... eu vivi tudo aquilo. Não com a intensidade dos personagens, mas assistindo. Foi lá que vi, pela única vez na vida, garçons servindo trilhas de co-

caína em bandejas. Coisa de e para "descolados". Era tão trivial quanto degustar vinhos, pãesinhos, pastas e queijos. Lares abastados, cabeças feitas, anfitriões chiques, convivas desfrutando. Tudo sem constrangimentos. Era a última moda.

Comecei a ficar íntimo de personalidades como Neville D'Almeida, Nelson Rodrigues, Oswald de Andrade, Ruben Fonseca, Autran Dourado ou movimentos como Semana de Arte Moderna, Tropicalismo, em 1978, primeiro ano de faculdade. Foi uma viagem que droga alguma proporcionaria. Um banho de cultura. Entre os professores que pilotavam essa nau do conhecimento, havia uma portuguesa, hibrônica como a economista Maria da Conceição Tavares, que vibrava ao explicar, com seu sotaque, detalhes de outro filme de Neville: "A Dama do Lotação", tema de trabalho pedido por ela.

Ao seu lado, a sensação era de que refazíamos

o filme. As cores das roupas de Sônia Braga, os locais públicos onde "transava", as suas personalidades, gargalhadas, trejeitos... uau... não há nostalgia que resista. Tudo tinha motivo, sentido. Mais marcante, porém, foi no dia em que narrou a alegria que, ela e patrícios expatriados pelo mundo, sentiram ao tomarem conhecimento da deposição da ditadura salazarista, em 25 abril de 1974. A Revolução dos Cravos colocava um fim no ovo da serpente que dizimava Portugal há décadas.

Mas, ao contrário de lá, o ovo da serpente chocou por aqui. Encontrou um Brasil alheio à sua realidade. Os mais ricos estão mais ricos. A classe média e remediados unem-se exigindo "quero tudo que eu não tenho direito". Mesmo que a mídia trate tudo à luz da normalidade, o sentimento é de que o país tornou-se um Titanic. O Pantanal e a Amazônia em chamas. Não há dinheiro para queimar combatendo o fogo. A vacina virou disputa entre políticos. Primeiro o voto, depois a imunização.

Valores como lealdade, liberdade e justiça são jogados na lata do lixo. O autoritarismo no governo avança muito mais do que é

perceptível. Os principais ministros de Bolsonaro foram esvaziados. Moro foi humilhado e Guedes luta colado às cordas. As reformas que se danem. O país registra mais de 155 mil mortos por omissão no combate ao Covid. Dólar e desemprego disparam. Mente-se oficial e generalizadamente. O "Centrão" comanda. É difícil prever o tamanho do estrago. A serpente sibila armada e por meio de fake news.

Um exemplo do distanciamento da realidade é a propaganda eleitoral na TV, nas ruas. Descontextualizada. Os cevados e sorridentes candidatos enumeram "predicados" e prometem "benefícios" como se não houvesse mortes por Covid. Aonde imaginam estar? Na Nova Zelândia, da primeira ministra que prometeu cuidar de todos e cuidou? Fomos abandonados. Então, o que é isso: cinismo, estupidez, ganância? Incerteza é a nossa narrativa. O Brasil virou Babilônia. Real. Muito mais corrupto e predador que o filme. Muito mais do que já tivemos na República. Um serpentário.

\*Cláudio Pimentel é jornalista

# Bancos brasileiros ampliam território em Portugal em plena pandemia

ESTADÃO CONTEÚDO

Grandes bancos brasileiros reforçaram a presença em Portugal nos últimos meses, seguindo planos já traçados, a despeito das restrições impostas pela pandemia. Essas instituições têm sido atraídas pelo número crescente de famílias ricas, cujo volume de ativos tem potencial de dobrar nos próximos anos, e ainda o Brexit, como é chamada a saída do Reino Unido da União Europeia (UE), com a necessidade de uma praça para transferir recursos de Londres, se-

guindo o caminho já trilhado por pesos pesados de Wall Street.

Estimado em torno de R\$ 15 bilhões, o mercado português de private banking (voltado para clientes de alta renda) tem potencial de dobrar de tamanho em até quatro anos, de acordo com o presidente da consultoria alemã Roland Berger, Antônio Bernardo. "Tem uma comunidade de brasileiros com volume de ativos muito elevado em Portugal. Há uma grande oportunidade para os bancos brasileiros acompanharem seus clientes", disse, em entrevista ao Estadão/Broadcast.

Recentemente, Itaú Unibanco e o BTG Pactual reforçaram a presença do setor em Portugal, seguindo o rastro do dinheiro de seus clientes. A XP, que caminha para se tornar uma banco completo, aguarda a aval do órgão regulador para iniciar sua operação.

Na mira dessas instituições, há cerca de mil famílias brasileiras com ao menos R\$ 5 milhões em investimentos e residindo em Portugal - e esse número não para de crescer, de acordo com cálculos de executivos ouvidos pelo Estadão/Broadcast. O seleto grupo incluiria ainda aquelas mais abastadas,

embora seja uma fatia pequena, de menos de 5%, com no mínimo R\$ 200 milhões em mãos.

As expectativas positivas para o mercado de private banking português, além do Brexit, motivaram o Itaú a reabrir um banco em Portugal. A instituição já estava lá, onde chegou em 1994 com o antigo Itaú Europa, mas acabou transferindo as operações para Londres em 2013 por causa da crise econômica.

"A reabertura do banco em Portugal está alinhada à consolidação da nossa operação na Europa. O foco é manter proximidade junto aos

clientes corporativos e de private banking", diz o diretor do Itaú Private Bank em Portugal, Luiz Estrada.

A unidade de Lisboa foi reforçada e hoje reúne em torno de 100 pessoas. O foco são investidores de alta renda, enquanto a de Londres dá suporte a segmento corporativo. O banco do Itaú em Portugal também poderá ampliar seu escopo e receber ativos do Reino Unido, caso britânicos e europeus não fechem um acordo em torno do Brexit. O cenário base da instituição, ao menos até aqui, é de que haverá um pacto comercial entre as partes.

A XP deve começar a operar oficialmente em Portugal em breve, onde já está com "pé de entrada", nas palavras do responsável pela expansão do grupo na Europa, Otávio Mesquita. Ele desembarcou por lá com a família em agosto, em plena pandemia, para liderar o escritório local. "Foi uma aventura", diz, mencionando a mudança com duas filhas, uma de 7 e outra de 2 anos.

Enquanto espera a autorização do regulador português, a XP termina de formar o time local. O escritório tem capacidade para 14 pessoas.



Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 22/10/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 22 de Outubro de 2020 - 19:40

## ***Seis em cada 10 empresas baianas fecham antes de completar 5 anos, aponta IBGE***



Seis em cada dez empresas baianas encerraram as atividades antes de completar cinco anos. O dado mostra que a longevidade empresarial no estado é ainda menor do que a média do Brasil: temos a oitava menor taxa de sobrevivência tanto no primeiro quanto no quinto e décimo anos de funcionamento das unidades.

As informações são do estudo Demografia das Empresas, realizado anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e que, pela primeira vez, traz a análise do tempo de sobrevivência das empresas em cada estado brasileiro.

Segundo o levantamento, das 31.747 empresas que nasceram ou começaram a funcionar pela primeira vez em 2008, na Bahia, 18.113, o equivalente a 57,1%, fecharam as portas antes de completar cinco anos de atividade. Isso mostra que seis em cada dez delas não conseguiram se manter ao longo deste período.

Parte delas morre logo antes de completar o primeiro aniversário. Do total das abertas em 2008, 21,7% (2 em cada 10, ou 6.876) não chegaram aos 12 meses. Se em cinco anos um número tão expressivo de empresas fecha as portas, em dez, a situação piora. De acordo com o IBGE, apenas duas entre 10 unidades empresariais conseguem se manter ativas durante todo este tempo.

O estudo mostra que apenas 6.892 - ou cerca de 21,7% das que nasceram em 2008 - ainda estavam em atividade em 2018. Ou seja, quase 80% - 8 em cada 10 ou 24.855 empresas - fecharam as portas no estado em menos de dez anos de funcionamento.

### **ABAIXO DA MÉDIA NACIONAL**

Todos os percentuais de sobrevivência empresarial por tempo de funcionamento na Bahia são menores que os verificados no Brasil e no Nordeste como um todo. Estão também entre os dez mais baixos do país. O estado tem a 8ª menor taxa de sobrevivência tanto no primeiro ano quanto no quinto e no décimo ano de funcionamento.

Dentre as 612.954 unidades locais de empresas privadas que nasceram no Brasil em 2008, 18,5% (113.517) morreram antes de completar um ano (81,5% sobreviveram); pouco mais da metade (52,5% ou 321.844) fechou antes dos cinco anos (47,5% sobreviveram); e três em cada quatro morreram antes de fazer uma década (74,7% ou 458.029, ou seja 25,3% sobreviveram).

Dentre os estados, Santa Catarina tem as maiores taxas de sobrevivência empresarial, chegando a 52,8% em cinco anos de funcionamento e a 32,1% em dez anos de atividade. No extremo oposto ficam Roraima e Amazonas, o primeiro com as menores taxas até quatro anos de funcionamento, e o segundo, a partir dos cinco anos.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 22/10/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 22 de Outubro de 2020 - 15:20

## ***Cruz das Almas: Rui autoriza obra de pavimentação e participa de entrega de clínica***



O governador Rui Costa autorizou nesta quinta-feira (22) a ordem de serviço para a pavimentação de acesso à localidade de Pumba, em Cruz das Almas, no Recôncavo baiano. Segundo o governador, o trecho de 3,84 quilômetros de extensão, que é feito pela BR-101, vai receber pavimentação em CBUQ - concreto betuminoso usinado a quente. A estimativa é que a obra beneficia diretamente 69 mil habitantes da região.

"Nós estamos fazendo obras importantes pelas estradas que cortam o estado. As três maiores estradas em extensão, por exemplo, que são a BA-052, que sai do litoral e vai até o oeste; a BA-001, que faz todo o litoral até o extremo sul; e a BA-210, que pega a região norte do estado estão em obras de manutenção e recuperação, além de dezenas de outras estradas", disse Rui.

Além da ordem de serviço para pavimentação, o governador participou da inauguração da Clínica de Hemodiálise do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Administração Hospitalar (IBDAH). A unidade vai oferecer Atenção Especializada em Doença Renal Crônica - Hemodiálise e Diálise Peritoneal, bem como ao acompanhamento de pacientes nos estágios pré-dialíticos e do matriciamento da Atenção Básica.

Ainda em Cruz das Almas, Rui autorizou a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado (SDR) a celebrar dois convênios do Bahia Produtiva com a Associação Comunitária Baixa da Linha e a Associação das Mulheres Regional Empreendedoras da Agricultura Familiar. A estimativa é de que sejam gastos R\$ 419 mil nos convênios que vão atender 40 famílias. Continuando as atividades, Rui Costa autorizou a ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Cruz das Almas. Para isso, a Embasa terá um montante de R\$1,3 milhão.

A agenda no município foi encerrada com a ida ao Centro Tecnológico de Educação Profissional Recôncavo II Álvaro Torres.



## Estado efetua pagamento da quarta parcela do vale-alimentação estudantil na próxima segunda (26)

23 outubro 2020



O crédito da quarta parcela do vale-alimentação estudantil estará disponível nos cartões para compras a partir da próxima segunda-feira (26). O benefício, no valor de R\$ 55, por estudante, visa a segurança alimentar dos estudantes e de suas famílias, neste período de suspensão das aulas por causa da pandemia do novo coronavírus. Nesta quarta parcela foram disponibilizados mais R\$ 44 milhões, totalizando um investimento de R\$ 176 milhões de recursos próprios do Governo do Estado.

O secretário da Educação do Estado, Jerônimo Rodrigues, falou sobre o benefício. “A partir da próxima segunda, todos os estudantes que estão com os seus cartões já poderão fazer as suas compras nos 18 mil estabelecimentos que estão bem distribuídos nos 417 municípios baianos. Isto significa um incremento de mais R\$ 44 milhões na economia da Bahia e mais um esforço do Governo do Estado em atender aos nossos estudantes e conseqüentemente as suas família, mesmo diante do cenário de perda da arrecadação”, afirmou.

Para a retirada da quarta parcela, o estudante deverá usar o mesmo cartão utilizado anteriormente, com a bandeira Alelo. O recurso é destinado,



exclusivamente, para a compra de gêneros alimentícios, como feijão, arroz, macarrão, carne, frango, frutas, verduras, café e leite, sendo que a aquisição dos alimentos é de livre escolha dos estudantes.

A estudante Noemi Santana, 14, 9º ano, do Colégio Estadual Pinto de Aguiar, localizado em Salvador, já está na expectativa para fazer as suas compras. “Sou muito grata pela quarta parcela do vale-alimentação. Com ela, eu vou comprar alimentos como feijão, arroz, macarrão, café e açúcar, que vão ajudar muito a minha família”.

Quem também está contente é o estudante Samuel Ribeiro, 18, 3º ano, do Colégio Estadual Félix Mendonça, em Itabuna. “Eu e os demais estudantes de Itabuna estamos muito felizes com a liberação desta quarta parcela do vale-alimentação, pois é um auxílio muito importante para que possamos ajudar as nossas famílias nas compras de casa. Em nome da minha escola, agradeço ao Governo do Estado pela iniciativa”.

A Secretaria da Educação do Estado reforça a orientação para que vá ao supermercado apenas um membro da família, seguindo todas as normas de segurança, como o uso de máscaras de proteção individual, em função da pandemia pelo novo Coronavírus. Em caso de dúvidas, o estudante pode entrar em contato com a escola onde está matriculado. A secretaria também disponibiliza os canais da Ouvidoria pelo 0800 284 0011, pelo e-mail [ouvidoria@educacao.ba.gov](mailto:ouvidoria@educacao.ba.gov) ou pelo Fale com a Ouvidoria, disponível no Portal da Educação.

**Fonte: Ascom/Secretaria da Educação do Estado**

---

---



## mercado

# Governo revisa normas de segurança do trabalho

Setor agrícola economizará R\$ 4 bilhões por ano, diz Ministério da Economia

Thiago Resende e Daniel Carvalho

**BRASÍLIA** O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) anunciou nesta quinta-feira (22) uma nova rodada de flexibilização de normas trabalhistas.

Um dos pontos do pacote revisa as normas de segurança no trabalho para o setor de agricultura, pecuária, silvicultura e aqüicultura. Com isso, o governo diz que as empresas economizarão cerca de R\$ 4 bilhões por ano, com redução de multas e despesas.

Além disso, o Descomplica Trabalhista, nome dado ao programa de revisão de regras e redução de burocracia, revogou 48 portarias do antigo Ministério do Trabalho.

O governo também anunciou simplificação do eSocial — sistema de envio de dados

trabalhistas. Segundo o Ministério da Economia, o formulário foi enxugado e o tempo de preenchimento dos dados deve cair 40%. O CPF passa a ser o único número de identificação do trabalhador, dispensando dados como PIS.

"Uma redução da burocracia para a geração de oportunidades", disse o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, ressaltando que os direitos dos trabalhadores estão preservados.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, que chegou ao evento com os generais Luiz Eduardo Ramos, ministro da Secretaria de Governo, e Walter Braga Netto, ministro da Casa Civil, disse que o governo retomará a agenda de reformas — as tributária e administrativa estão paradas no Congresso — e que as medidas

de desburocratização anunciadas atendem o objetivo de facilitar a vida de investidores.

"Queríamos tirar o fardo das pessoas. Em algumas semanas, vamos apresentar 2.000 simplificações para tirar o estado do cangote da população", afirmou.

As NRs são normas de segurança e medicina do trabalho que devem ser seguidas por empresas que tenham empregados regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Desde o ano passado, o governo começou a cortar 90% dessas regras. São 37 normas regulamentadoras, conhecidas como NRs, que reúnem 6,8 mil regras distintas.

Para o governo, esse arcabouço regulatório representa um grande potencial de mul-

tadas a empresas e uma carga que impacta a competitividade dos produtos brasileiros.

A flexibilização da NR 31, do setor agropecuário, foi anunciada por Bolsonaro no Palácio do Planalto, junto aos ministros Paulo Guedes e Tereza Cristina (Agricultura).

**“Em algumas semanas, vamos apresentar 2.000 simplificações para tirar o estado do cangote da população”**

Paulo Guedes  
ministro da Economia

Segundo Bianco, as 48 portarias revogadas eram "inúteis" e o ato teve apoio dos representantes de patrões, empregados e do governo numa comissão de revisão das normas trabalhistas.

Ele citou, por exemplo, que as regras exigiam de pequenos pecuaristas fizessem um plano de prevenção de riscos ambientais todos os anos.

Um dos trechos alterados trata da distância entre locais de armazenamento de agrotóxicos e onde são conservados ou consumidos alimentos, medicamentos ou outros materiais, e fontes de água.

A distância era de 30 metros e caiu para 15 metros dos alimentos e medicamentos. Já a distância de fontes e cursos de água seguirá outra legislação.

"Isso foi aprovado inclusive pelos trabalhadores", disse o secretário de Trabalho, Bruno Silva Dalcolmo.

Também foi flexibilizada a exigência de alojamento e infraestrutura sanitária para equipes em deslocamento. "Por exemplo, quem está tocando uma boiada, Erazoelvidir exigir instalações permanentes para estes trabalhadores? Claro que não, mas esta era a realidade", afirmou Dalcolmo.

As novas normas também

permitem que trabalhadores se capacitem por educação à distância, para manuseio de produtos químicos, máquinas e equipamentos rurais. E flexibiliza a disposição de camas nos dormitórios.

A principal mudança, segundo o governo, é deixar claro que o conjunto de normas para empresas nas cidades não se aplica à área rural, que tem determinações específicas.

O processo de flexibilização das normas começou em agosto de 2019, com a publicação da nova NR 12, que trata de segurança no trabalho com máquinas e equipamentos, e da nova NR 1, que dá disposições gerais sobre saúde e segurança. Na ocasião, o governo revogou a NR 2, sobre inspeção prévia.

Em setembro do ano passado, foram enxugadas mais três normas regulamentadoras: NR 3, sobre embargo e interdição; a NR 24, que trata das condições de higiene e conforto nos locais de trabalho; e a NR 28, de fiscalização e penalidades.

O Ministério da Economia informou, na época, que, com a revisão da NR 28, caiu para 4 mil o número de possibilidades de multa para todo o setor produtivo.

## Mulher acusa empresa de demiti-la por 'ser macumbeira e negra'

Pablo Rodrigo

**CUIABÁ** Uma prestadora de serviços gerais está processando uma empresa de limpeza de Cuiabá alegando intolerância religiosa e racismo. Regina Santana da Silva, 41, afirma ter sido demitida após aparecer no trabalho de cabeça raspada, em decor-

rência de um ritual religioso.

"Foi a primeira vez [que isso aconteceu comigo] e espero que seja a última. Que a justiça seja feita, a justiça dos orixás e a do homem da Terra", diz.

A advogada Crea Márcia Ferreira de Souza, que faz a defesa da vítima, entrou com representação no Tribunal Regional do Trabalho, pedindo in-

denização de R\$ 41 mil por danos morais. Procurada, a empresa não quis se manifestar.

Dias antes da demissão, Regina havia passado por um ritual de iniciação no candomblé. Pela tradição da religião de matriz africana, a raspagem do cabelo simboliza a consagração da pessoa aos orixás. Com medo de sofrer preconceito no trabalho, em uma empresa de segurança, ela conta que preferiu colocar seis toucas de tecido, uma em cima da outra, para encobrir a cabeça (normalmente, as funcionárias usam uma touca de tecido como uniforme).

Regina conta que, assim, nenhuma colega havia notado a cabeça raspada. Porém, quan-

do estava no banheiro, sem as toucas, a supervisora a viu e pediu para conversar.

Ao indagar a funcionária, a responsável do setor chegou a questionar se ela estava com câncer. Regina disse que não estava doente, e ouviu da supervisora: "Entendi".

Dez dias depois, a funcionária foi chamada ao escritório, onde estavam a gerente e a supervisora dela. Segundo o relato de Regina, a gerente a obrigou a tirar a touca da cabeça e, com um olhar de reprovação, disse que esse tipo de religião não cabia na empresa, pois, "além de ser negra, era macumbeira".

O constrangimento continuou, segundo a prestadora de serviços gerais. A gerente teria afirmado que Regina tinha que "procurar Deus para se salvar" e que pessoa da cor dela "e macumbeira não pode participar do quadro de funcionários da empresa".

A demissão afetou seu estado emocional, com um quadro de depressão, conta ela, que busca apoio da família, da mãe de santo e de membros do terreiro que frequenta. Toma calmantes e tem insônia e crises de ansiedade, que desencadeiam tremor nas mãos.

Para Regina, além da demissão, o preconceito religioso e o racismo também a fragilizaram. "O que machuca bastante sobre você não conhecer uma religião. A pessoa não conhece e indaga com as palavras 'nego macumbeiro'".

A ialorixá Edna de Oxum, que é zeladora espiritual de Regina e presidente do Ilê Axé, declara que está indignada com a situação.

"Estamos vivendo tempos difíceis de ataques aos praticantes das religiões de matriz africana e de desrespeito ao nosso sagrado. Nós não vamos deixar essa situação impune", afirma. "Já temos uma advogada cuidando do caso e queremos a reparação na justiça de todas as ofensas e crimes praticados contra minha filha de santo".

Para Mãe Edna, como é conhecida a sacerdotisa, os adeptos das religiões como candomblé e umbanda não devem se calar diante da situação de racismo e preconceito religioso.

Após o registro do boletim de ocorrência, segundo a polícia, o inquérito está em fase de conclusão e a gerente citada ainda deve ser ouvida.

A reportagem procurou por diversas vezes a empresa, que, por meio de sua área jurídica, afirmou que só se pronunciará nos autos do processo.

A gerente não quis se manifestar. A supervisora citada não atendeu as ligações da reportagem.

**BOX EM PROMOÇÃO COM AS MAIORES LENDAS DA MÚSICA**

**COMPRE E RECEBA SEM SAIR DE CASA**

**APENAS R\$ 10 CADA LIVRO-CD na compra da coleção completa**

**30 LIVROS-CDs**

**LENDAS DO JAZZ**

Os nomes lendários do jazz estão reunidos em um box exclusivo. Da genialidade de cultuados cantores, como Louis Armstrong, Ella Fitzgerald, Billie Holiday e Nina Simone aos eixos inconfundíveis de Duke Ellington, Chet Baker, Miles Davis e John Coltrane.

**GRANDES VOZES**

Uma coleção ricamente ilustrada, que revisita as trajetórias pessoais e as sucessos dos 25 intérpretes mais admirados e influentes de todos os tempos como Frank Sinatra, Edith Piaf, Nat King Cole, Nina Simone e Elza Soares.

**30 LIVROS-CDs**

**SOUL E BLUES**

Uma coleção exclusiva que reúne os mais cultuados intérpretes do Soul e do Blues em um box com 30 álbuns de gravadora Blue Note. Capas exclusivas desenhadas por Eduard do Kobra, um dos muralistas mais reconhecidos da atualidade.

Disponível em [folha.com.br/colecoes](http://folha.com.br/colecoes)

**FOLHA**  
NÃO DÁ PRA NÃO LER

**“Foi a primeira vez [que isso aconteceu comigo] e espero que seja a última. Que a justiça seja feita, a justiça dos orixás e a do homem da Terra”**

Regina Santana da Silva  
que alega ter sido demitida por intolerância religiosa e racismo



A prestadora de serviços de limpeza Regina da Silva após o ritual do candomblé. Divulgação

# 'Vacina paulista' no outro lado do mundo

Indonésios correm, mas sem certeza de quando começam a usar a Coronavac

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

A Indonésia pode ser um dos primeiros países do mundo a vacinar sua população contra a Covid-19. De início, vai usar a mesma vacina comprada pelo governo paulista, a Coronavac, da empresa chinesa Sinovac. Mas pretende começar uma vacinação emergencial e por ora apenas prevista para fins de novembro. Pode ser bem depois, talvez em janeiro ou depois. Não é bem como dizem por aqui.

Um ex-colega de faculdade deste jornalista trabalha no governo da Indonésia, embo-

ra não no ministério da Saúde. Conta que eles ficaram tão interessados no que se passa no Brasil como nós agora começamos a nos informar sobre o que se faz por lá com a "vacina paulista".

A associação dos médicos e parlamentares indonésios dizem que o governo não deve apressar e deve esperar a publicação dos testes. O próprio governo diz que precisa da aprovação da vigilância sanitária, permissão por ora apenas para vacinação emergencial, e das autoridades religiosas.

Meu ex-colega conta que a resistência às vacinas aumentou faz uns anos, depois de um rol com a vacinação contra o sarampo. Certas autoridades islâmicas disseram então que a vacina talvez não fosse "halal", permitida pela religião (talvez fosse contaminada por algum produto proibido pela lei religiosa). O rol foi tamanho que as autorizações religiosas foram distribuídas por três instituições diferentes, cerca de 8% dos indonésios são muçulmanos.

Outra preocupação o meio "pop" é se a vacina seria ade-

quada às etnias indonésias (centenas) e apropriada para evitar o vírus que circula no país.

Avacinação vai começar em cerca de 9 milhões dos 270 milhões de indonésios, prioritariamente em trabalhadores de saúde ou em situação de risco, em pessoas de 18 a 59 anos, sem comorbidades. Os pesquisadores responsáveis pelos testes clínicos dizem no início deste mês, em entrevistas à imprensa local, que os primeiros exames de eficácia ficariam prontos apenas em dezembro. Então, como fica?

É esse o debate, diz meu ex-colega. Todo mundo quer a vacina, mas não quer ser cobaia, embora exista confiança na universidade, na estatal que vai fabricá-la e na vigilância sanitária, diz.

Brasil e Indonésia estão quase no mesmo estágio de teste da Coronavac. Os indonésios começaram a avaliação em agosto, três semanas depois do programa brasileiro. Há testes em estágio ainda mais preliminar na Turquia e um para começar no Chile. Os indonésios vão comprar a Coronavac e outras duas vacinas chinesas, além daquela desenvolvida pela AstraZeneca e pela Universidade de Oxford. Desenvolvem uma vacina nacional, que pretendem testar em massa a partir de meados do ano que vem.

A Indonésia conta muito menos mortos de Covid que o Brasil, 12.857, ante mais de 155 mil —em termos relati-

vos, o número de vítimas por aqui é 15 vezes maior. O país é uma das 20 maiores economias do mundo. A renda (PIB) per capita do Brasil é 26% superior. O Índice de Desenvolvimento Humano é maior e a expectativa de vida também, embora não muito mais.

O país é uma democracia desde o fim da ditadura de Suharto (1966-1998). O presidente Joko "Jokowi" Widodo foi acusado de causar confusão na política anticoronavírus, de ter subestimado a doença etc., entrando em conflito com governos locais que impuseram medidas de distanciamento social. Mas Jokowi jogou a toalha ainda em abril. O governo central agora diz que, mesmo com a vacina, não será possível relaxar o distanciamento e o uso de máscaras.

Parece uma situação bem melhor do que a nossa. Né, [vinicius.torres@grupofolha.com.br](mailto:vinicius.torres@grupofolha.com.br)

# Fisco paulista vai auditar imposto em mais de 500 heranças

Secretaria deflagra operação que mira transferências que passaram de R\$ 2,5 mi, para recolher R\$ 10 mi em ITCMD

Bruna Narcizo

SÃO PAULO A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo vai fiscalizar a transferência de heranças para averiguar se houve o recolhimento de impostos aos cofres estaduais.

Uma operação deflagrada nesta quinta-feira (22) deu início à análise de mais de 500 transmissões de patrimônio. São alvo dessa auditoria as heranças de R\$ 2,5 milhões ou mais. Ao todo, o patrimônio de todas as transmissões auditadas pelo governo paulista é de mais de R\$ 1 bilhão.

A expectativa do governo paulista com a Operação Antares, como foi chamada, é arrecadar cerca de R\$ 10 milhões em ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação) não recolhidos.

"A gente fez essa seleção com base em indícios, não quer dizer que tenha algo errado. Agora vamos analisar e fazer auditoria. A expectativa, com base na nossa experiência, é que o estado arrecade este montante", afirma Leonardo Balthar, supervisor de ITCMD da Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Recuperação da Dívida (Dicar).

Nesta semana, o imposto ganhou os noticiários no caso da transferência bilionária que geraria uma fatura de cerca de R\$ 2 bilhões.

O grupo de trabalho da Operação Antares é composto por 12 agentes fiscais de renda. Segundo o governo, uma das fraudes mais comuns é o registro do imóvel transmitido ao herdeiro com menor valor de mercado para pagar menos imposto. Em São Paulo,

**Qualicorp sofre busca e apreensão em operação sobre fraudes**

A administradora de planos de saúde Qualicorp foi alvo de operação que apura supostas fraudes no pagamento de impostos que totalizariam cerca de R\$ 980 milhões. Segundo os investigadores, a empresa teria usado um esquema (já identificado na operação Descarte) de pagamento de propinas a servidores da Receita e lavagem de dinheiro para reduzir o pagamento de tributos. As fraudes teriam ocorrido nos anos sob gestão de José Seripieri Filho. A empresa afirmou que vai apurar os fatos e colaborar com as autoridades.

aliquota do ITCMD é de 4%. "A secretaria sempre atuou nos processos judiciais. Nos extrajudiciais, quando não tem disputa familiar nem menor de idade envolvido, o cartório é que tem a competência de ver o que está sendo de fato pago", diz Balthar.

Ele destaca que a maior arrecadação é feita no extrajudicial. "Estamos acompanhando desde o ano passado, com base em inteligência de dados. E já conseguimos soltar duas operações". A primeira foi batizada de Vaisyas, e se propôs a analisar 895 doações realizadas extrajudicialmente de cotas de empresas.

Segundo o governo, os trabalhos da primeira operação já arrecadaram R\$ 11 milhões. Na Vaisyas, os agentes fiscais estão analisando processos que atingem o montante de R\$ 16 bilhões e a expectativa de arrecadação, até o final de 2020, é de R\$ 20 milhões.

O nome da Operação Antares é baseado no último romance do escritor Erico Veríssimo, "Incidente em Antares". No livro os mortos não podem ser sepultados devido a uma greve de coveiros e passam a vagar pela cidade e a vasculhar os segredos dos vivos.

Já Vaisyas é inspirado na casta hindu de comerciantes e de administradores de bens. A expectativa da secretaria é que a Operação Antares se encerre só em março de 2021.

# STF inicia julgamento bilionário sobre ITCMD em doação no exterior

Eduardo Cuculo

SÃO PAULO O STF (Supremo Tribunal Federal) começa a julgar nesta sexta (22) um caso de repercussão geral envolvendo a tributação de bens no exterior que pode significar uma perda superior a R\$ 5 bilhões apenas para o estado de São Paulo.

A tese em julgamento é se os estados podem exigir ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação) de doador com domicílio ou residência no exterior sem lei federal complementar sobre o assunto.

A Procuradoria-Geral do estado de São Paulo argumenta que muitas das famílias mais ricas do estado têm usado operações de envio de recursos ao exterior, muitas vezes a paraísos fiscais, só para escapar da tributação ao transferir-los a herdeiros.

Para tributaristas, esse não é o caso concreto a ser analisado pelo STF — que trata de uma pessoa que herdou um apartamento na cidade italiana de Treviso.

Nesse julgamento, a procuradoria recorre de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que tem sido geralmente favorável aos contribuintes, e afastou a incidência do ITCMD.

A cobrança do imposto está prevista na Constituição, mas carece de regulamentação por lei complementar federal, que nunca foi feita — vários estados, como São Paulo, têm legislação que trata da questão.

A Constituição diz que o ITCMD sobre imóveis é devido no estado em que está localizado. Para os demais bens, vale o domicílio do doador ou local do inventário. Prevê ainda lei complementar nos casos em que o doador tiver domicílio, residência ou inventário no exterior.

A procuradoria argumenta que a Carta garante que, sem lei federal sobre normas gerais, os estados terão competência legislativa plena. Para tributaristas, esse artigo não se aplica na exigência de lei federal complementar.

O caso concreto está no STF desde 2014 e terá repercussão geral. Em 2015, a PGR (Procuradoria-Geral da República) se manifestou favorável aos contribuintes. Segundo o ex-procurador geral Rodrigo Janot, não é permitido aos estados usar a competência legislativa plena, ante a omissão do legislador nacional no caso do ITCMD sobre a doação no exterior, "pois imprescindível a edição prévia de lei complementar, considerados seu papel espe-

cial na atribuição da competência tributária, o patente risco de bitributação internacional e a baixa densidade normativa da previsão constitucional".

A procuradoria paulista analisou 200 ações sobre o tema e diz não ter localizado prova de pagamento do tributo em outro país em nenhum desses casos, o que afastaria o risco de bitributação citado pela PGR.

Avalia também que, em caso de vitória no STF, poderia arrecadar R\$ 2,7 bilhões só nessas 200 ações. Entre elas, 30 de um mesmo contribuinte que já fez operações que somam quase R\$ 50 bilhões e gerariam cerca de R\$ 2 bilhões em impostos (o equivalente a um ano de ITCMD).

Em caso de derrota, a PGE-SP vê o risco de ser obrigada a restituir quase R\$ 500 milhões em impostos pagos nos últimos anos e perder uma arrecadação de mais de R\$ 2,2 bilhões até 2025.

Para a procuradoria, enquanto a maioria dos contribuintes paga o ITCMD ao fazer a doação ou sucessão patrimonial no Brasil, famílias mais ricas escapam do imposto. Em muitos casos, abrem empresas em paraísos fiscais, transferem o dinheiro via integralização do capital social dessas empresas e, depois, no retorno do dinheiro, as ações da empresa voltam para o Brasil, mas na figura dos herdeiros, e não na de quem exportou os recursos.

Há casos em que doador e donatário estão no Brasil, a única coisa que acontece no exterior é a constituição da empresa.

"O que a gente verificou é que acabou se configurando um planejamento tributário sucessório abusivo. Os mais ricos, quem têm condição de constituir empresa fora ou de morar fora do país, estão passando para os seus herdeiros todo seu patrimônio sem pagamento de ITCMD. O que o estado de São Paulo quer fazer é justiça fiscal", afirma a procuradoria.

"O responsável pelo pagamento do tributo é o beneficiário, o donatário ou herdeiro, no caso de falecimento. Em todos os casos analisados, esses beneficiários estão no estado de São Paulo. Por isso, incide a legislação paulista", diz o órgão.

Para a procuradoria, a questão vai além do caso específico em análise e o que interessará no resultado é a manifestação do STF sobre a tese da competência estadual, que valerá para todas as unidades da Federação.



**BOLSONARO AFIRMA QUE NÃO HAVERÁ AUMENTO DE IMPOSTO APÓS PANDEMIA**  
O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse nesta quinta-feira (22), em cerimônia de formatura de novos diplomatas, no Itamaraty, que o governo federal não vai aumentar impostos depois da pandemia. [Pedro Ladeira/Folhapress](https://www.folha.com.br)

mercado

Ministério Público tenta suspender concessão da Ferrogrão

Projeto atravessa 48 áreas indígenas sem prever ouvi-las; ferrovia é pilar no plano de concessões

Nicola Pamplona

NO DIA 18 DE JANEIRO O Ministério Público Federal quer suspender o processo de licitação da Ferrogrão, ferrovia projetada para escoar a produção agrícola da região Centro-Oeste, por falta de consulta prévia a povos indígenas que serão afetados pelas obras.

Com investimentos de cerca de R\$ 14 bilhões, o projeto é uma das maiores obras de infraestrutura em desenvolvimento pelo governo federal, que designou o setor ferroviário como prioridade do novo plano nacional de logística, previsto para 2021.

O processo de concessão da ferrovia está hoje em análise no TCU (Tribunal de Contas da União) e a expectativa é realizar a licitação no primeiro trimestre de 2021.

A Procuradoria alega, porém, que convenção da OIT (Organização Internacional do Trabalho) determina consulta prévia aos povos afetados e que o processo deve ocorrer antes da licitação, já que tem potencial efeito sobre a viabilidade do projeto.

"O planejamento governamental desconstruiu totalmente os impactos sobre os indígenas, que já foram detectados nos pareceres levantamentos, e viola direitos reconhecidos nacional e internacionalmente", disse, em nota, o Ministério Público.

O pedido de suspensão do processo assinado também por cinco organizações não governamentais que representam interesses ambientais e de povos indígenas. Eles defendem que o direito à consulta prévia é "inquestionável".

Para a Procuradoria, a ferrovia pode impactar 48 territórios de povos indígenas. O projeto tem 976 quilômetros, ligando Sinop (MT) ao porto de Mirante, no Pará. O objetivo é transportar principalmente grãos e fertilizantes.

Segundo o Ministério Público Federal, levantamentos iniciais identificaram impactos sobre os povos Muraçaká, Panará, Kayapó e Kayapó Mekragnotive, além de seis terras indígenas no Mato Grosso, incluindo áreas de povos isolados e Parque Indígena do Xingú.

"Os potenciais impactos incluem invasões das terras indígenas, aumento do desmatamento, evasão das aldeias para centros urbanos e até o incremento do alcoolismo entre jovens indígenas", diz a representação.



Índios kayapó bloqueiam a rodovia BR-163, na região de Novo Progresso (PA), para protestar, entre outras coisas, contra o planejamento da Ferrogrão. Foto: Paulo Souza - Agência O Globo/Contraste/Flávio Rocha

Por isso, a Procuradoria e as organizações pedem que o processo de concessão seja suspenso e o licitação proibido, enquanto não forem realizadas as consultas aos afetados. "É inconstitucional, inconvencional e ilegal a exclusão da participação das comunidades afetadas, uma vez que a análise desses aspectos só pode ocorrer juntamente à análise a execução do projeto", afirmam.

Em nota, a ANTT diz que reafirma o compromisso de respeitar o direito de consulta prévia, livre e informada previsto pela OIT, mas que essa etapa será realizada durante o processo de licenciamento ambiental. Diz ainda que já realizou audiência pública em 2017 sobre o projeto, além de reuniões públicas presenciais em Brasília, Curitiba, Belém, Itaituba (PA) e Novo Progresso (PA).

O Ministério Público, porém, considera ilegal poder fazer a consulta para fases posteriores do projeto. "Os resultados de estudos e da própria consulta prévia podem ser considerados como critérios fundamentais (ou de critérios de engenharia e econômicos) para a concessão e execução de um projeto de tal magnitude".

A obra já vem gerando manifestações entre povos indígenas das regiões afetadas.

Foi uma das pautas de protesto realizado em setembro por índios da etnia Kayapó, que bloquearam a rodovia BR-163 por 24 horas. Também enfrenta a resistência de camilhoneiros, que temem perder mercado com o novo corredor logístico para a safra do Centro-Oeste.

Ao lado da Fico (Ferrovia de Integração do Centro-Oeste), da Fiol (Ferrovia de Integração Oeste Leste) e da Ferroeste, a Ferrogrão é parte de um pacote de projetos para abrir novos corredores logísticos do país. Em entrevista à Agência Brasil, o secretário nacional de Transportes Terrestres do Ministério da Infraestrutura, Marcelo Costa, afirmou que as ferrovias voltarão a ser o foco de investimento no setor e que há muitos projetos para abrir novas rotas logísticas do país.

Esse tipo de transporte é preferido por vencer grandes distâncias, afirmou. "Pelo tipo de carga, pelo tipo de distância, podemos considerar as ferrovias como o futuro da logística no nosso país".

O ministério prepara o lançamento de um novo plano nacional de logística em 2021, que terá entre suas metas a ampliar participação do modal ferroviário, responsável hoje por apenas 15% da carga total transportada no país. O objetivo, diz Costa, é do-

Projeto da Ferrogrão liga Mato Grosso ao Pará

Linha férrea que será usada para escoamento da produção agrícola vai afetar terras indígenas (T), diz Ministério Público Federal.



brar essa faixa até 2030, prazo de análise do novo plano logístico. Para isso, conta com a atração de investidores estrangeiros para tocar os novos projetos. Entre os usuários da Ferrogrão, os produtores de soja de Mato Grosso criticaram o pedido de paralisação do processo de concessão. "[A suspensão do processo] Será muito mais prejuízo para o país do que propriamente aos produtores rurais. E tem muita gente ajudando para isso acontecer, inclusive parte do Ministério Público e outros tantos", disse Antônio Galvão, presidente da Aprosoja-MT (Associação dos Produtores de Soja do Mato Grosso).

PIB da agropecuária terá evolução ainda melhor

Mauro Zafalon

NO ANO O PIB (Produto Interno Bruto) da agropecuária deverá ser melhor do que o esperado até então. O crescimento do setor, estimado anteriormente em 1,6% pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), deverá atingir 1,8%.

Para 2021, porém, o PIB da agropecuária recua em relação ao PIB das atividades. A taxa do próximo ano será de 2,1%, abaixo dos 2,4% estimados anteriormente. Esse recuo ocorre devido à melhora deste ano. Com isso, a base de comparação fica mais elevada.

A evolução do PIB acima do previsto se deve a novos minutos de produtividade das lavouras apresentados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Soja, milho e café são destaque. Nos novos números, o café tem evolução de 21,3% nesta safra, e soja e milho também estão em níveis históricos. Trigo, com aumento de 25%, e cana-de-açúcar, com alta de 3,4%, também ajudam a impulsionar a taxa.

Com a melhora do cenário apresentado pelo IBGE para essas culturas, o Ipea prevê uma aceleração de 3,9% na taxa do PIB das lavouras. A pecuária, no entanto, mantém tendência de queda e deverá recuar 1,9% neste ano. Essa queda ocorre devido à base de comparação com o segundo semestre da ano passado, quando a intensa demanda externa por carne bovina gerou um aumento do abate, inclusive de Fomex.

A queda acumulada na produção de carne bovina é de 5,2% neste ano. O setor se recupera um pouco no último trimestre e deverá terminar o período com recuo de 4,3%. Já a área de aveicultura, com bom resultado, com alta de 7,9% no ano.

Já a área de aveicultura, com bom resultado, com alta de 7,9% no ano. Há a área de aveicultura, com bom resultado, com alta de 7,9% no ano.

No início do ano, antes da pandemia do novo coronavírus, o instituto previa uma evolução de 3,8% para o PIB da agropecuária. Apesar do recuo apontado agora, o setor será o único a registrar evolução positiva neste ano.

SP perde no Supremo, e MS ficará com ICMS do gás da Bolívia

Mathias Teixeira

Marcelo Rocha

BRASIL. O STF (Supremo Tribunal Federal) impôs uma derrota ao Governo de São Paulo nesta quinta (22) e manteve com o Mato Grosso do Sul a competência para arrecadar ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre o gás natural importado pela Petrobras da Bolívia.

O Executivo paulista afirma que deve arrecadar R\$ 3 bilhões entre 2020 e 2021, quando o STF deu a primeira decisão liminar (provisória) sobre o tema, e o ano passado.

A decisão também é contrária à Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que pediam para o STF reconhecer o direito a tributar o gás comprado, alegando que a importação se consuma em seu território. A maioria dos ministros, porém, entendeu que cabe a Ma-

to Grosso do Sul recolher o imposto. Votaram nesse sentido o relator Gilmar Mendes, e os ministros Edson Fachin, Luiz Roberto Barroso, Gerson Lúcia e Ricardo Lewandowski.

Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Marco Aurelio e Rosa Weber divergiram. O presidente do STF, Luiz Fux, não está e Kassio Nunes Marcellino não tomou posse. Os ministros discutiram se seria o caso de aguardar o voto de Fux, mas entenderam que o caso já está decidido.

Para a corrente vencedora, a responsabilidade pela tributação é do local onde está sediada a empresa que promove juridicamente o ingresso do produto em território nacional, no caso, a Petrobras do Brasil de Corumbá (MS).

Mato Grosso do Sul sustentou que a tributação do gás do país vizinho representa cerca de 10% da arrecadação total de

ICMS, a estimativa é que o tributo renda ao estado cerca de R\$ 1 bilhão por ano.

Gilmar afirmou que a expressão "circulação" do ICMS diz respeito à circulação direta entre o comprador e o vendedor, e não em relação ao trajeto percorrido pelo produto após a entrada no país.

"Até que seja alterado o entendimento jurídico da importação, o sujeito ativo do conteúdo de ICMS importação é o estado-membro em que está o estabelecimento do importador, qual seja, Mato Grosso do Sul, destinatário legal da mercadoria e do local onde está sediada a empresa que promove juridicamente o ingresso do produto em território nacional, no caso, a Petrobras do Brasil de Corumbá (MS)."

Na quarta (21), antes da derrota, o governador João Doria (PSDB) havia comentado a perda de arrecadação que a decisão representaria. "São Paulo já perdeu, já teve um prejuízo de R\$ 15 bi-

lhões por conta dessa medida. O gás boliviano ingressa por Corumbá e vai pelo gasoduto até o porto de Santos", disse.

Este é mais um capítulo na disputa entre os estados sobre a competência para cobrar o ICMS nas importações, a chamada "guerra dos portos". O gás é transportado da Bolívia para o Brasil pela Petrobras, por meio do Gasbol (gasoduto Bolívia-Brasil), operado pela TBG (Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil), e chega à estação de medição em Corumbá.

É distribuído, via dutos, a outros estados, entre eles os três que figuram como parte nas ações que tramitam no STF sobre a controvérsia.

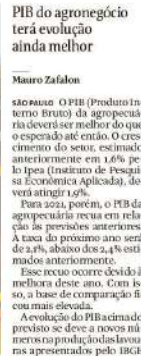
A primeira das ações civis foi ajuizada ainda em 2008. Houve, desde então, liminares de Celso de Mello e de Ricardo Lewandowski, mantendo os governos de São Paulo

e Santa Catarina se absterem da cobrança do tributo.

Responsável por imaginar a divergência, Moraes acusou a Petrobras de ter instituído a subsidiariedade da Petrobras em Corumbá para criar uma "ponte fictícia com uma finalidade clara e lamentavelmente regular politicamente para favorecer determinado estado com fragor de desrespeito ao princípio da impossibilidade".

"Se nós tirarmos a Petrobras Corumbá do cenário, não mudamos a importação do ponto de vista operacional e administrativo", disse.

Barroso afirmou que o "desmembramento do elemento de fato em Corumbá" e, por isso, atribuiu a decisão como "decisão legítima" a instalação da Petrobras em Corumbá e a regra legal de que o lugar gerador do imposto é onde está situado o estabelecimento.



Um rebanho de gado bovino em uma fazenda, refletindo a importância da pecuária para o PIB da agropecuária.



# Teles querem 5G com rede aberta para evitar troca de equipamentos da Huawei

Chinesa já fornece 60% da infraestrutura das empresas no Brasil; mudanças poderiam levar a aumento de custo para o consumidor

Julio Wiziack

**PERGUNTAS E RESPOSTAS**  
**Qual o desafio com o 5G?** Nos locais onde hoje se usa o serviço com 4G, as operadoras de telefonia defendem a comunicação de um padrão tecnológico que permite a comunicação e os aparelhos de seus diversos fornecedores. O movimento impiedoso, por exemplo, que as teles fossem obrigadas a trocar todos os equipamentos, especialmente de 3G e 4G, da Huawei hoje em funcionamento, caso a chinesa seja banida do país, presidente Jair Bolsonaro. As operadoras estimam que as redes operem com até 90%, em alguns casos, com equipamentos (servidores, roteadores, switches) da Huawei.

**O que ocorre se o Brasil banir a Huawei?** Segundo o presidente da empresa, as teles precisam de trocar todos os equipamentos de tecnologias 2G, 3G e 4G, o que poderia aumentar os custos para os consumidores.

lucros sobre a rede 5G. A situação seria similar àquela que levou o mundo da informática a adotar o Linux, sistema operacional de códigos abertos, colocando a prova o mercado da Microsoft, com seus sistemas fechados. As operadoras dizem que não há como banir a Huawei do 5G sem que isso tenha um padrão aberto (standalone). Caso contrário, terão de trocar os atuais equipamentos de 4G e 3G da Huawei pelos de outros fabricantes. É possível que esse novo padrão só surja no final de 2021. Nesse caso, elas discutem que teriam de discutir uma forma de indenização pelos investimentos já realizados, algo que muda a precificação dos links no 5G, previsto para o início de 2021. Acostumam restrições à Huawei no 5G, mas não admitem a possibilidade de que as restrições, há semanas em negociação com dispositivos chineses, não possam conviver com as de quinta geração

de concorrentes. Isso acarretaria aumento de custos para os consumidores. O movimento de restrições à China ocorre porque o governo brasileiro se alia ao presidente dos EUA, Donald Trump, que trava uma guerra comercial e geopolítica com os chineses. Nesta semana, representantes do governo americano estiveram no Brasil para discutir o 5G. A delegação liderada pelo conselheiro de segurança nacional, Robert O'Brien, trouxe na bagagem um fundo de US\$ 60 bilhões para o financiamento de operadoras interessadas em adquirir produtos da Ericsson e da Nokia. A pressão levou a embaixada da China no Brasil a se manifestar publicamente. Em declaração dura, inédita até aqui, a Chancelaria da China chegou a afirmar, na última terça-feira (20), que políticos americanos estão se comprometendo na cooperação econômica e comercial normal entre Brasil e China.

## PAINEL S.A. | Joana Cunha

### Freio de mão

A onda de solidariedade que se formou no Brasil para ajudar no combate à Covid pode ter chegado ao fim. Pela primeira vez, desde março, o monitor criado pela ABCE (associação de captadores de recursos) na pandemia para levantar as grandes doações de empresas e pessoas físicas estacionou. Na semana de 12 a 18 de outubro, não houve registro de novos recursos expressivos destinados à causa. Sete meses após o início da mobilização, o montante parou em R\$ 6,45 bilhões.

**COMBUTIVEL** Desde agosto, o monitor da ABCE já dava sinais de que a pandemia deixaria de ser um motor para estimular as doações de pessoas físicas. Setembro foi o pior mês da série, com R\$ 34 milhões dosados. Em outubro, secaa.

**LEGADO** Segundo Mônica Woods, presidente da ABCE, as campanhas difíceis, por outras causas, permanecem. A expectativa é que a mobilização contra o coronavírus ajude a elevar a frequência, que ainda é uma dificuldade da filantropia no Brasil.

**HORIZONTE** "Tivemos outras temáticas, como doações no Dia da Criança e o Dia do Deixar, que está sendo preparado para dezembro. Estamos percebendo essa migração, mas esperamos que não seja só pontual", afirma Woods.

**RITMO** Para Celso Athayde, da Cafa (Central Única das Favelas), a queda era esperada. "Está muito perto do zero. Porém, as pessoas vão continuar precisando por que o problema é crônico. A pandemia fechou postos de trabalho e quebrou negócios. O ideal é que as doações continuem, mesmo que em quantidade menor, até que a gente se estabilize", diz ele.

**NO CARRINHO** O prefeito de São Paulo, Bruno Covas, disse que vai falar com a Câmara Municipal para acabar com o horário exclusivo para os idosos em supermercados e farmácias, uma medida determinada no começo da pandemia para proteger os da contaminação.

**PRATELEIRA** "Não faz mais sentido esse tipo de legislação. Que a gente possa rapidamente aprovar isso já que é um novo momento da pandemia", disse o prefeito, e candidato a um novo mandato, durante um evento online promovido pelo Apas (Associação Paulista de Supermercado) com diretores da entidade nesta quarta-feira (22).

com Filipe Oliveira e Mariana Gzuzini

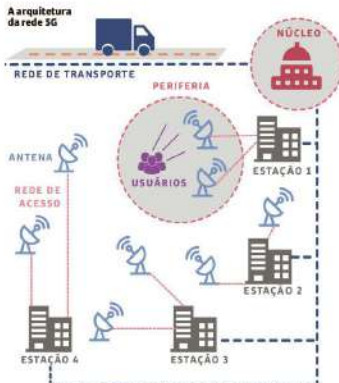
### INDICADORES

**JUROS**  
Dólar em 12 meses  
Setor A B Máximo  
273 8,00 7,00

**CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA**  
Emprego formal  
Emprego informal

**IMPOSTO DE RENDA**  
R\$ 1.903,99  
Alíquota: 7,5%  
De: 1.903,99  
Até: 2.826,06  
Alíquota: 15%  
De: 2.826,06  
Até: 4.641,88  
Alíquota: 22,5%  
De: 4.641,88  
Até: 8.646,94  
Alíquota: 27,5%

**EMPREGADOS DOMÉSTICOS**  
Empregado: 27.126.174  
Empregador: 3.063.123



- Rede de transporte**  
São os cabos (fibra óptica) de alta capacidade de dados que acomodam o tráfego das estradas sob o solo, em geral, até chegarem a uma central na sede de cada município. E isso reflete são antiguidades entre si, permitindo que, a partir de um local, a operadora possa ter acesso à funcionalidade de toda sua rede em território nacional.
- Central**  
É um prédio protegido que abriga todos os equipamentos mais sensíveis de conexão no município. Cidadãos muito grandes costumam ter mais de uma central. É o chamado núcleo da rede. Ali ficam controladores, computadores, servidores e demais equipamentos que fazem os conexões.
- Estação**  
Podem ser mais ligadas à central por fibra óptica ou ficam espalhadas pelo bairro de determinado município. Essa estrutura (forada de equipamentos similares aos da central mas de menor porte) se conecta à central ou ao núcleo, uma estrutura construída no setor como rede de acesso ao usuário.
- Antena**  
No topo de cada antena, as operadoras instalam os equipamentos que recebem e emitem os sinais de telefonia de todas as tecnologias (2G, 3G e 4G).
- Usuários**  
Sempre que se dedica pelo celular com seu aparelho, o cliente vai sendo beneficiado de uma antena para outra. A troca de sinal entre um aparelho e a antena não pode cair durante a transmissão.

Foto: Anatel, Intel, Ministério da Comunicação

**CRÔNOMETRO** A Ablos (associação de lojas-satélites) enviou nesta quinta (21) para a Abrace (associação dos shoppings) uma carta pedindo que as lojas rejeitem menores possam funcionar por apenas dez horas até o fim de fevereiro.

**VITRINE** A sugestão é mantê-los abertos das 11h às 21h de segunda a sábado e das 14h às 21h de domingo. Segundo os lojistas, a medida poderia um aumento de custo mensal por hora por quem permitiria voltar a trabalhar com um só turno de funcionários.

**MANEJO** "Averiguação às 10h às 11h, na média, equivale a 3% ou 4% do faturamento, e o custo para manter uma equipe nesse período representa o dobro do valor arrecadado", diz a Ablos no comunicado.

**CARTERA** Em nota, a Abrace afirma que acredita no processo de recuperação econômica e que o funcionamento normal colabora para a manutenção dos empregos.

**ULTRASSOM** O Grupo Fleury abriu cerca de 150 vagas de nível técnico e técnico superior em SP, RJ, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Maranhão e Distrito Federal. As vagas abrangem áreas administrativas e de saúde, recepcionistas, teleatendimento, enfermeiros e analistas de laboratório.

**MAPA** O programa Govv (Global Opportunity Youth Network), que atua em países como Colômbia e África do Sul, virou para São Paulo. A meta é, até 2020, incluir 100 mil jovens vulneráveis no mercado de trabalho, elevando o acesso a contratações ou estimulando o empreendedorismo.

**VAGA** Iniciativa liderada internacionalmente pelo Instituto Aspen, terá articulação local da United Way Brasil e conta com nomes como Accenture Brasil, Fundação Aryma, J.P. Morgan, Em Movimento e Instituto Ceppac-Coda.

Veículo: G1	Online
Data: 22/10/2020	Caderno: Política



## STF decide que cabe a Mato Grosso do Sul cobrar ICMS sobre gás importado da Bolívia

*Ministros analisaram ações apresentadas por MS contra SP, SC e RS. Mato Grosso do Sul diz ter direito ao imposto porque abriga Petrobras Corumbá, responsável pela importação.*

Por Fernanda Vivas e Márcio Falcão, TV Globo — Brasília  
22/10/2020 18h28 Atualizado há 15 horas

O Supremo Tribunal Federal (**STF**) decidiu nesta quinta-feira (22) que cabe ao estado de **Mato Grosso do Sul** a cobrança do ICMS sobre a importação de gás natural da Bolívia feita pela **Petrobras**.

O ICMS é um tributo de competência dos estados e do Distrito Federal, que incide sobre a circulação de mercadorias, entre outras atividades econômicas. Os ministros decidiram, por 5 votos a 4, uma disputa jurídica iniciada em 2006.

O governo de MS acionou o Supremo contra os estados de **São Paulo**, **Santa Catarina** e **Rio Grande do Sul**, argumentando que teria direito ao ICMS por abrigar a empresa responsável pelo ingresso do gás natural no país – no caso, a unidade da Petrobras Corumbá.

Em resposta, os estados de SP, SC e RS afirmaram que a cobrança deveria ser feita nos estados de destino da mercadoria, ou seja, pelos três governos estaduais. Para eles, o Mato Grosso do Sul seria apenas um "local de passagem" do produto, que é importado via Gasoduto Brasil-Bolívia.

O debate sobre o local de recolhimento do tributo tem ampla repercussão econômica. O estado de São Paulo, por exemplo, estimou prejuízo de R\$ 15 bilhões em 2019, segundo o procurador do Estado Pedro Luiz Tiziotti.

### **Sessão**

No julgamento concluído nesta quinta-feira, o relator do caso, ministro **Gilmar Mendes**, votou no sentido de que a cobrança é tarefa de Mato Grosso do Sul.

"Até que seja alterado o destinatário jurídico da importação, o sujeito ativo decorrente do ICMS importação é o estado-membro em que situado o estabelecimento do importador, a Petrobras Mato Grosso do Sul, qual seja, Mato Grosso do Sul, destinatário legal da mercadoria e que deu causa à circulação do gás com a transferência de domínio", afirmou.

O ministro **Alexandre de Moraes** abriu a divergência, votando contra o pleito de Mato Grosso do Sul. No entendimento do ministro, o estado não tem participação na

operação de importação de gás, já que o produto segue direto aos estados destinatários.

"Se criou aqui uma verdadeira porteira fictícia com uma finalidade clara, óbvia e, eu diria, lamentavelmente regular politicamente, para favorecer determinado estado com flagrante desrespeito ao princípio da impessoalidade. A Petrobras, com a criação dessa subsidiária, criou uma porteira fictícia do gasoduto para poder pagar pedágio de gás", declarou Moraes.

"Essa é a realidade fática, com devido respeito a posições em contrário. Se nós tirarmos do cenário a Petrobras Corumbá, a mesma tecnologia em Mutún para aferição de pesagem, muda alguma coisa? Não muda nada. Os verdadeiros destinatários do produto no caso são Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina", ponderou.

Acompanharam o relator os ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski. Seguiram a divergência os ministros Dias Toffoli, Marco Aurélio e Rosa Weber.

A sessão começou sob a presidência do presidente Luiz Fux, mas o ministro teve de deixar o comando dos trabalhos por conta de compromissos no tribunal. A vice-presidente, ministra Rosa Weber assumiu a direção da sessão pela primeira vez e foi saudada pelos ministros presentes.

No momento em que o resultado do julgamento foi proclamado, representantes de São Paulo e Santa Catarina chegaram a pedir que o julgamento fosse adiado para aguardar o voto do presidente Fux. O pedido foi rejeitado porque, para a maioria dos ministros, o placar de 5 a 4 já tornava o julgamento concluído.

O STF é composto por 11 membros, mas uma das cadeiras está vaga desde a aposentadoria do ministro **Celso de Mello**, no **último dia 13**. O sucessor, **Kassio Marques Nunes**, foi **aprovado pelo Senado** nesta quarta (21) mas só deve tomar posse em **5 de novembro**.

Veículo: Estadão	
Data: 23.10.2020	Caderno: Economia



# STF decide que cabe a Mato Grosso do Sul cobrar ICMS sobre gás importado da Bolívia

Decisão contrariou o pedido dos Estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; se resultado fosse desfavorável ao MS, Estado perderia em torno de R\$ 1 bilhão em arrecadação

**Breno Pires, O Estado de S.Paulo**

22 de outubro de 2020 | 21h02

BRASÍLIA - O plenário do **Supremo Tribunal Federal (STF)** pôs fim a uma disputa judicial de 14 anos e decidiu que o Estado de **Mato Grosso do Sul** tem direito exclusivo de tributar a importação de gás da **Bolívia** pela **Petrobrás**, por meio do **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)**. A votação, por 5 votos a 4, contrariou o pedido dos Estados de **São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul**, que afirmavam ter o direito de cobrar o imposto.

O gás da Bolívia entra em território brasileiro na **Estação de Medição Mutum (E-MED Mutum)**, no município de **Corumbá (MS)** e depois, por meio de dutos, é distribuído a diversos Estados, entre eles São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A alegação dos demais Estados era que a cobrança do ICMS deveria ser feita no local de destino da mercadoria, e não no local de entrada do produto no território nacional.

O Mato Grosso do Sul já vinha recebendo os valores pela importação do gás da Bolívia graças a uma liminar concedida em 2007 pelo então ministro **Celso de Mello**. O governo estadual estimava que, se tivesse resultado desfavorável no STF, perderia aproximadamente R\$ 1 bilhão em arrecadação.

O ministro relator do caso, **Gilmar Mendes**, votou a favor da exclusividade do ICMS para Mato Grosso do Sul. “Até que seja alterado o destinatário jurídico da importação, o sujeito ativo decorrente do ICMS importação é o estado-membro em que situado o estabelecimento do importador, a **Petrobrás Mato Grosso do Sul**, qual seja, Mato Grosso do Sul, destinatário legal da mercadoria e que deu causa à circulação do gás com a transferência de domínio”, disse. A divergência foi aberta pelo ministro **Alexandre de Moraes**.

Segundo ele, foi criado um “pedágio para se cobrar ICMS”. “A Petrobrás, com a criação dessa subsidiária, criou uma porteira fictícia do gasoduto para poder pagar pedágio de gás. Essa é a realidade fática, com devido respeito a posições em contrário”, criticou o ministro.

Pela decisão, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul devem se abster de promover autuação ou lançamento tributário de ICMS pela importação de gás natural da Bolívia que chega ao Mato Grosso do Sul.

# Mato Grosso do Sul vence no STF disputa sobre ICMS de gás

A decisão foi por cinco votos a quatro no Supremo

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

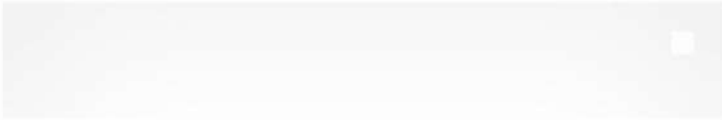
23/10/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

Mato Grosso do Sul venceu a disputa travada com os Estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no Supremo Tribunal Federal (STF), sobre a cobrança de ICMS do gás natural importado da Bolívia pela Petrobras, que chega por Corumbá (MS). A decisão foi por cinco votos a quatro.

A decisão é importante para a Petrobras, que responde a autuações fiscais dos Estados. Juntos, São Paulo e Rio Grande do Sul cobram R\$ 2,58 bilhões. Além das três ações no Supremo, a questão envolve processos nas esferas judicial e administrativa, segundo informa a empresa em seu Formulário de Referência de 2020.

Com a decisão, Mato Grosso do Sul poderá manter a arrecadação com a Petrobras, que corresponde a 13% do total de ICMS, segundo sustentação oral do procurador do Estado, Ulisses Viana. São Paulo terá prejuízo. Em 2019, chegaram a R\$ 15 bilhões, informou no julgamento o procurador do Estado, Pedro Luiz Tiziotti.



Nas ações no STF, o Estado do Mato Grosso do Sul alega ser o destinatário da mercadoria e sediar a empresa que fez o ingresso dela no país. Mas os Estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul querem cobrar o tributo por serem destinatários do produto (ACO 854, 1076 e 1093).

No julgamento de ontem, o relator, ministro Gilmar Mendes, votou a favor do Estado. No voto, considerou as informações prestadas pela Petrobras de que a medição do gás internalizado acontece no Mato Grosso do Sul. Também é no Estado que se dá a disponibilização jurídica do gás da Bolívia para a empresa brasileira.

Só depois da nacionalização do gás, com o desembaraço aduaneiro, ocorre a comercialização com os outros Estados, de acordo com o relator. Eles só poderiam cobrar ICMS, acrescentou, se a Petrobras fosse mera intermediária, o que não acontece nesses contratos. “O contrato estabelece diversas obrigações à Petrobras, inclusive responsabilidade pela qualidade do produto”, afirmou.

Ainda segundo o relator, para que os Estados façam jus ao ICMS na importação, basta que empresas de seus territórios importem o gás boliviano direto de estrangeira se valendo da Petrobras como prestadora de serviço, por meio de uma importação por conta e ordem de terceiro, o que não ocorre no momento, mas é possível juridicamente.

O relator determinou, em seu voto, que os Estados se abstenham de fazer autuações sobre ICMS nessas operações e abandonem as cobranças já efetuadas. Além do pagamento de R\$ 30 mil como honorários aos procuradores do Mato Grosso do Sul em cada ação. O voto foi seguido pelos ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski.

Os ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Marco Aurélio Mello e Rosa Weber divergiram, votando pela improcedência das ações. Segundo Moraes, a comercialização direta é muito mais difícil e cara do que o formato atual.

Segundo o ministro, há uma simulação legal, um artifício criado pela Petrobras com o Mato Grosso do Sul. “A Petrobras só compra o que já sabe que vai vender e sabe porque os Estados compraram”, disse. Se criou, afirmou, uma “porteira fictícia” com finalidade “óbvia” para favorecer um Estado e cobrar “pedágio de gás”.

A partir do placar de cinco votos a quatro, começou um segundo debate na Corte, por causa da ausência do presidente, ministro Luiz Fux. Ele participou do começo do julgamento, mas saiu para audiências com advogados.

Os procuradores dos Estados que perderam pediram ao fim da sessão a suspensão para colher o voto do ministro. Se ele votasse a favor deles, com o empate, poderia dar o voto de minerva - o que daria vitória a eles - ou suspender o julgamento para aguardar o novo integrante do STF. Por seis votos a três, porém, decidiram manter o placar no mérito.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Homem decide pedir o divórcio depois de olhar para esta foto com mais atenção!

FOREVER-MOM

### LINK PATROCINADO

Cupons de desconto com dinheiro de volta pra você

BANCO INTER

### LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x

MERCEDES-BENZ VANS

### LINK PATROCINADO

A filha de Ralph Macchio cresceu e parece exatamente como o seu famoso pai

MISTERSTOCKS

### LINK PATROCINADO

As três mulheres mais bonitas do mundo por Neymar Jr.

DESAFIOMUNDIAL

### LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais

RENOV BY MERCEDES-BENZ



## Governo quer dinheiro de fundos para ações de combate à pandemia

Valores 'parados' somam R\$ 177 bi e seriam 'descarimbados', reduzindo pressão sobre endividamento

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

23/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

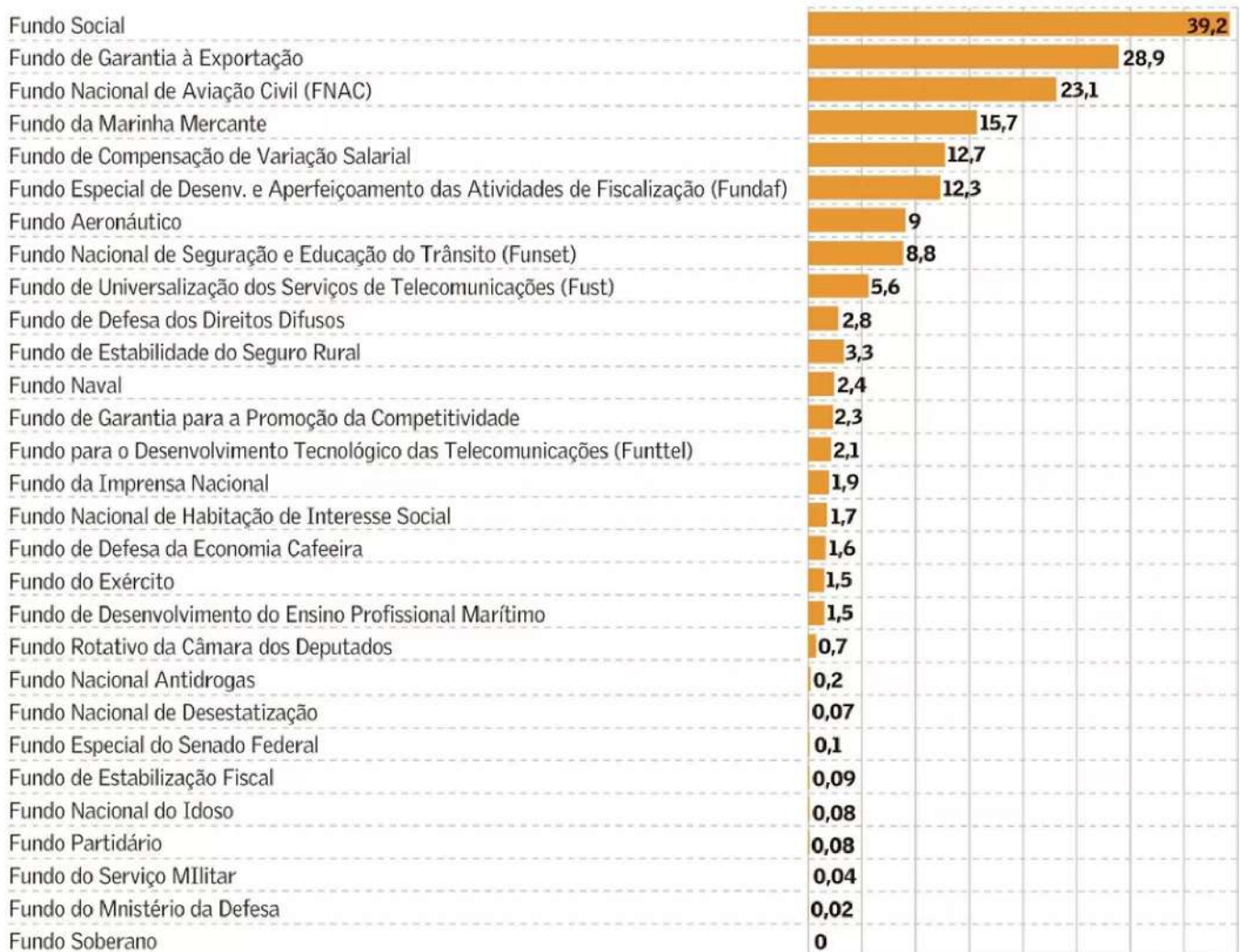


Cerca de R\$ 177 bilhões em recursos que estão parados em fundos federais poderão ser “descarimbados” para financiar ações de combate à pandemia, diminuindo a pressão sobre o endividamento. A medida depende da aprovação, pelo Congresso, do Projeto de Lei Complementar (PLP) 137, de autoria do deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE).

A aprovação do PLP foi listada pelo secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, em conversa com o **Valor**, como uma “alternativa importante” para reforçar o colchão de liquidez e fazer face aos elevados vencimentos da dívida pública em 2021.

## Descarimbando

Superávit financeiro dos fundos - Valores em R\$ bilhões



O texto destina os superávits financeiros de 29 fundos públicos federais, apurados em 31 de dezembro de 2019, para financiar ações contra a pandemia de covid-19 durante o período do estado de calamidade. Os recursos serão usados em quatro eixos: auxílio emergencial, apoio a Estados e municípios, ações de saúde e ações de apoio ao emprego e à renda.

Originalmente, esse dinheiro foi arrecadado para finalidades específicas, como expandir a infraestrutura aeroportuária do Brasil ou combater o tráfico de drogas. No entanto, não foram utilizados e se encontram parados, em alguns casos, há décadas.

Os recursos não serão diretamente direcionados ao pagamento da dívida, mas auxiliarão em sua administração, explicou o deputado. “Em vez de se endividar em mais R\$ 177 bilhões, o Tesouro tem os recursos para pagar as despesas”, disse ele. “Se diminui a procura do Tesouro por recursos, não precisa pagar tantos prêmios de risco que são demandados pelo mercado.”

Também estão em discussão a antecipação de recursos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela Caixa, além de uma nova transferência de resultados obtidos pelo Banco Central em operações com câmbio.

Segundo Funchal, a estratégia de emissões do Tesouro já considera os vencimentos grandes em janeiro, março e abril de 2021. O objetivo é chegar ao fim deste ano com caixa suficiente para fazer face ao vencimento dos primeiros quatro meses do ano que vem. “Mas é importante reforçar o colchão de liquidez, porque ajuda na gestão da dívida pública”, comentou.

Os montantes ainda não estão decididos, mas a ideia é deixar as transferências engatilhadas para o início do primeiro trimestre, informou o secretário. “Estamos começando a discutir valores”, disse. O montante tem de ser discutido com base numa avaliação dos indicadores de liquidez das instituições e sua governança.

Tem sido ventilado nos bastidores, inclusive na área técnica do Ministério da Economia, o valor de R\$ 100 bilhões para o pagamento a ser feito pelo BNDES. Essa foi a cifra transferida em 2019.

No caso da Caixa, poderá haver pagamento antecipado dos instrumentos híbridos de capital e dívida, que foram utilizados de 2007 a 2013 para fazer aportes na instituição.

Em agosto do ano passado, a Caixa Econômica Federal devolveu R\$ 7,35 bilhões ao Tesouro.

As devoluções de recursos pelos bancos representam a retomada de um planejamento que havia em 2019, mas que foi suspenso em 2020 em razão da pandemia. Nesse período, os bancos precisaram preservar recursos para oferecer linhas de crédito às empresas. No ano que vem, porém, espera-se a retomada do curso normal.

Outra possibilidade de reforço ao colchão é uma nova transferência ao Tesouro de ganhos obtidos pelo Banco Central em operações com câmbio. Em agosto, o Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou um repasse de R\$ 325 bilhões e deixou em aberto a possibilidade de uma nova operação, em caso de necessidade.

Benevides informou ter conseguido apoio de todas as lideranças para aprovar o PLP 137 na próxima quarta-feira. O maior desafio, no momento, é conseguir realizar as sessões da Câmara nesse período pré-eleições municipais. O impasse em relação à composição da Comissão Mista de Orçamento também pode atrapalhar os planos de apreciação do texto.

Por se tratar de projeto de lei complementar, a proposta tem de ser aprovada por maioria absoluta, ou seja, obter pelo menos 257 votos favoráveis.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Homem decide pedir o divórcio depois de olhar para esta foto com mais atenção!

FOREVER-MOM

### LINK PATROCINADO

Cupons de desconto com dinheiro de volta pra você

BANCO INTER



Por **Claudia Safatle**

Trabalhou na "Gazeta Mercantil" por 18 anos, foi repórter es... [ver mais](#)

## O mercado de trabalho e o temor da crise fiscal

Qualquer ação do governo só virá depois das eleições

23/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Assessores do Ministério da Economia têm conversado com o ministro Paulo Guedes sobre a necessidade de o governo dar sinais claros do que pretende fazer para estimular o mercado de trabalho em 2021. Em dezembro termina o pagamento do auxílio emergencial para 66 milhões de brasileiros. O impacto, sobre a atividade, do fim da transferência desses recursos, com custo mensal próximo a R\$ 50 bilhões, não será trivial e tem o poder, inclusive, de frear a retomada da economia.

Das conversas, em princípio, ficou a intenção de Guedes divulgar sua estratégia, diagnóstico e objetivos para o ano que vem tão logo se saiba o resultado das urnas em novembro.

### Qualquer ação do governo só virá depois das eleições

“Temos que bater com o gato morto na cara da sociedade e da classe política”, disse uma fonte oficial. “Não é preciso ser adivinho para saber que estamos tendo uma crise no mercado de trabalho e temos que ter uma política para facilitar o processo de acesso ao emprego”, completou, citando a desoneração da folha de salário das

empresas e a sua contrapartida, que é a criação do Imposto sobre Transações, “goste ou não a Faria Lima”, afirmou.

A proposta de desoneração da folha tem como base o diagnóstico de que a oferta de emprego é escassa porque ele é caro. Outra ideia que também se fundamenta nesse diagnóstico é a de segmentar os setores mais vulneráveis, sobretudo os jovens. “Essa população excluída precisa de regras simplificadas de contratação destinadas a ela”, disse, listando, também, a criação da Carteira Verde Amarela como uma rampa de acesso ao mercado livre dos principais encargos trabalhistas. “Não vamos mexer com o restante do mercado de trabalho”, assegurou.

Há, ainda, o programa de qualificação com o microcrédito que começou com as “maquininhas” e que, a partir de agora, deve aumentar de escala. E, por fim, completou: “Temos os marcos regulatórios de concessões que trazem investimentos geradores de empregos que hoje estão presos para atender aos interesses do establishment, que sempre se alimentou de obras públicas”.

É importante que Guedes trace o caminho para a retomada da economia com começo, meio e fim, com foco no mercado de trabalho que é, hoje, uma das principais raízes da iminente crise fiscal. Essa é uma das grandes incertezas que levam os mercados a exigir, a cada dia, mais prêmios para financiar a rolagem da dívida pública interna

Tem havido, nos últimos meses, uma intensa discussão sobre a criação de um programa de renda básica no pós-pandemia da covid-19, para atender às famílias em condições de pobreza ou de extrema pobreza, em função do fim do auxílio emergencial. Seria uma ampliação do Bolsa Família provavelmente com um novo nome para dar ao governo Bolsonaro uma marca do lado social. O presidente ficou entusiasmado com a popularidade adquirida com a criação do auxílio emergencial e quer repetir a dose com um programa de renda permanente.

Parece claro que o programa atenderia apenas uma fração das 66 milhões de pessoas inscritas no auxílio emergencial, por limitações fiscais. A situação de penúria de recursos se complica ainda mais com a aceleração inflacionária recente que

deverá pesar sobre as despesas não obrigatórias do Orçamento do próximo exercício.

“A resolução das expectativas em relação a um eventual programa de transferência de renda para os mais pobres adquire urgência pela incerteza fiscal que a atual ambiguidade pode criar, trazendo o risco do atual impulso de retomada da economia vir a se dissipar por conta dessa incerteza”, conforme chamou a atenção o relatório da semana passada do banco Safra.

“Com a proximidade do fim do auxílio emergencial, cuja última parcela será paga em dezembro deste ano, a confiança do consumidor e o apetite dos investidores poderão ser negativamente afetados, até pelo pouco tempo que será deixado para o governo e o Congresso votarem o Orçamento de 2021”, assinalou o relatório.

O tamanho do auxílio emergencial - que começou com três parcelas de R\$ 600 que foram prorrogadas por mais dois meses e depois, reduzido para R\$ 300 nos três últimos meses do ano - teve papel crucial na expansão da demanda doméstica no terceiro trimestre do ano, com impacto notável sobre a capacidade de enfrentamento da população à pandemia e sobre a atividade econômica, que deve encerrar o exercício com uma recessão menor do que a originalmente esperada. Algo em torno de -5%, segundo o boletim Focus, do Banco Central, desta semana, face à projeção de -9,1% feitas no auge da pandemia pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O FMI reviu seus prognósticos para uma recessão, no Brasil, em torno de 5,8%.

Para ter uma ideia da dimensão e amplitude do auxílio emergencial cujo gasto mensal está em torno de R\$ 50 bilhões, o Bolsa Família custa por mês R\$ 2,5 bilhões.

O projeto de lei do Orçamento para 2021 tem um espaço para aumento de 18,2% do Bolsa Família, suficiente para elevar o número de famílias assistidas dos atuais 14,2 milhões para pouco mais de 16 milhões. Se for pouco, o governo pode pedir um crédito extraordinário no ano que vem para abrigar mais famílias, nos termos do artigo 167 § 3º da Constituição, sugere um economista que deixou o governo recentemente.

No mercado, há a percepção de que a simples retirada do auxílio à partir de janeiro pode não só frear a recuperação da economia mas levar o país a uma segunda recessão. Razão pela qual há grande expectativa de um posicionamento da área econômica do governo em relação à estratégia que o ministro Paulo Guedes pretende imprimir para o enfrentamento da crise no mercado de trabalho privado e, por que não, para uma revisão dos benefícios do mercado de trabalho do setor público.

A questão do emprego está na gênese de uma temida crise fiscal, que se traduziria na dificuldade do Tesouro Nacional de honrar seus compromissos. É hora de o governo acalmar os mercados.

**Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras**  
**E-mail: [claudia.safatle@valor.com.br](mailto:claudia.safatle@valor.com.br)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Cupons de desconto com dinheiro de volta pra você  
BANCO INTER

### LINK PATROCINADO

Homem decide pedir o divórcio depois de olhar para esta foto com mais atenção!  
FOREVER-MOM

### LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x  
MERCEDES-BENZ VANS

### LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais  
RENOV BY MERCEDES-BENZ

### LINK PATROCINADO

A filha de Ralph Macchio cresceu e parece exatamente como o seu famoso pai  
MISTERSTOCKS

### LINK PATROCINADO

As três mulheres mais bonitas do mundo por Neymar Jr.



# Presidente volta a descartar alta da carga de impostos

Governo anuncia programa de revisão de normas trabalhistas

Por **Matheus Schuch, Mariana Ribeiro e Rafael Bitencourt** — De Brasília

23/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

No dia em que anunciou a revisão de normas trabalhistas, o presidente Jair Bolsonaro voltou a dizer que o país está no rumo certo de realização de reformas e rechaçou a possibilidade de aumentar impostos no pós-pandemia. Apesar de ter no horizonte um aumento de despesas com a criação do Renda Cidadã, o presidente disse que o seu governo está cortando gastos.

“Precisamos que os senhores mostrem ao mundo que o Brasil está fazendo o que é certo. Nós estamos reformando nossa economia, cortando gastos, combatendo a corrupção pelo exemplo”, afirmou ontem durante formatura de novos diplomatas. “O governo federal não aumentou impostos durante a pandemia e não aumentará quando ela nos deixar.”

O ministro da Economia, Paulo Guedes, que acompanhou o discurso da plateia, tem defendido a criação de um novo imposto sobre transações. O argumento do ministro é de que isso não significaria aumento de carga tributária, porque o novo imposto viria acompanhado da desoneração da folha de pagamentos.

Na semana seguinte à apreensão de dinheiro pela Polícia Federal na cueca de seu então vice-líder no Senado Chico Rodrigues (DEM-RR), Bolsonaro também disse que não há “um só ato de corrupção” no governo. “O nosso governo, materializado pelos

ministérios, estatais e bancos oficiais, não temos um só ato de corrupção”, afirmou, sem comentar o caso do senador.

Horas depois do evento no Itamaraty, o presidente anunciou em cerimônia no Palácio do Planalto um programa de revisão de normas. Foram revogadas 48 portarias da área do trabalho consideradas obsoletas pelo governo. Também foi assinada a Nova Norma Regulamentadora de Saúde e Segurança relativa ao agronegócio e anunciada uma simplificação do eSocial.

As medidas foram as primeiras anunciadas dentro do programa “Descomplica Trabalhista”. Ao todo, 2 mil documentos do antigo Ministério do Trabalho estão sendo consolidados em menos de dez, diz o Ministério da Economia. Para o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, as portarias revogadas eram “inúteis” e atrapalhavam a vida do empreendedor.

Em relação à nova norma regulamentadora (NR), disse que deve trazer uma economia de R\$ 4 bilhões por ano ao agronegócio. O processo de revisão da NR, que contém cerca de 700 itens, começou no ano passado, com consulta pública, e discussões na comissão que reúne empregadores, empregados e governo. Em 2019 a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, disse que estava “ansiosa” pelas mudanças.

Questionado sobre um possível prejuízo ao trabalhador, o secretário de Trabalho, Bruno Dalcolmo, negou. “Pelo contrário”, disse. “As normas trazem custo financeiro ao setor privado e não protegem o trabalhador.” Bianco disse ainda que a pasta revisou 11 normas, com redução de custos estimada em cerca de R\$ 20 bilhões por ano. Ainda assim, menos de um terço das normas existentes já foi revisitada.

De acordo com o ministério, a simplificação do eSocial facilita o preenchimento e elimina campos que tomavam tempo desnecessário. O CPF passará a ser o único número de identificação do trabalhador, dispensando a referência a outros números cadastrais, como PIS e Pasep.

Guedes disse que as medidas buscam tirar o governo do “cangote” da população e defendeu o andamento da agenda de reformas. Disse ainda que o período de

# trabalho legislativo até as eleições municipais “não vai ser perdido”. **(Colaborou Rafael Walendorff)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Homem decide pedir o divórcio depois de olhar para esta foto com mais atenção!

FOREVER-MOM

### LINK PATROCINADO

Da para recuperar a paixão do começo do relacionamento?

ZENKLUB

### LINK PATROCINADO

Cupons de desconto com dinheiro de volta pra você

BANCO INTER

### LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x

MERCEDES-BENZ VANS

### LINK PATROCINADO

A filha de Ralph Macchio cresceu e parece exatamente como o seu famoso pai

MISTERSTOCKS

### LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais

RENOV BY MERCEDES-BENZ

por taboola

---

## Conteúdo Publicitário

### VALOR INVESTE

Doria apresenta plano mirando atrair R\$ 36 bi em investimentos e gerar 2 milhões de empregos

### VALOR INVESTE

Coronavírus hoje: CoronaVac é a vacina mais segura e EUA pedem máscara obrigatória em avião e trem

### VALOR INVESTE

Telefônica é condenada a pagar R\$ 45,7 milhões por doar ingressos da Copa 2014 a agentes públicos

## Julgamento no STF sobre tributação de doações afetará grandes herdeiros

Ministros começam a analisar cobrança de ITCMD sobre bens recebidos no exterior

Por **Joice Bacelo, Beatriz Olivon e Adriana Cotias** — De Brasília e São Paulo

23/10/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Ministro Dias Toffoli é o relator do recurso a ser analisado por meio do Plenário Virtual do STF, apresentado pelo Estado de São Paulo — Foto: Divulgação

O julgamento sobre a possibilidade de os Estados cobrarem ITCMD sobre doações e heranças de bens no exterior, que se inicia hoje no Supremo Tribunal Federal (STF), vai atingir as famílias mais afortunadas do país. Pelo menos cinco entre as mais ricas

têm ações ajuizadas na Justiça para não pagar o imposto e dependem da decisão dos ministros para que os seus casos tenham um desfecho.

A família Safra é uma delas. Existe mais de uma dúzia de ações ajuizadas pelos herdeiros do banqueiro Joseph Safra na Justiça de São Paulo. São mandados de segurança preventivos, para evitar que o Estado cobre a alíquota de 4% sobre as doações. Não há nenhum depósito em juízo.

Como o patriarca vive na Suíça há cerca de uma década e tem um conglomerado financeiro com operações na Europa, Ásia e América, as doações para os filhos residentes no Brasil, principalmente de participações nas empresas, têm sido recorrentes, segundo uma fonte próxima ao banco.

A maioria dessas ações foi ajuizada, em conjunto, pelos quatro filhos do banqueiro. Cinco delas foram julgadas neste ano, segundo indicação do site do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) - duas não correm em segredo judicial. Não há em nenhum dos processos qualquer questionamento acerca de simulações, com remessas indevidas e repatriação na sequência para evitar a tributação, acrescenta esse interlocutor.

Os valores doados pelo patriarca, em dinheiro ou ações, são diferentes em cada processo, o que, segundo advogados, sugere já haver uma governança familiar para a distribuição dos bens. Num deles, além de dólares e euros, há transferência de participações do Banco Safra e da Turmalina Gestão e Administração de Recursos para os filhos.

Embora o sobrenome do clã de banqueiros chame atenção, essa é uma questão que na Justiça paulista favoreceria qualquer outro caso, por já haver jurisprudência formada.

A Corte Especial do TJ-SP, em julgamento no ano de 2011, declarou inconstitucional a cobrança do ITCMD sobre doações ou heranças de bens localizados no exterior, que tenham sido repassados por pessoas que residem fora do país ou no caso de o inventário ter sido processado no exterior.

Para os desembargadores, a Constituição Federal é clara ao atribuir ao Congresso Nacional a competência para instituir o imposto por meio de lei complementar. Como essa lei ainda não existe, não poderia o Estado, no entendimento do TJ-SP, regular a matéria por meio de uma legislação própria. A cobrança, em São Paulo, foi instituída por meio da Lei nº 10.705, no ano 2000.

O tema chegou à Corte Especial por meio de um processo que tem como parte os herdeiros do laboratório farmacêutico Aché. Os filhos de um dos fundadores do laboratório ingressaram com ação para não precisar pagar o imposto ao receber cotas societárias que o patriarca detinha da empresa Evansville Enterprises LLC, sediada nos Estados Unidos.

Apesar da decisão favorável e de o caso ter servido como paradigma para todos os demais na Corte paulista, o processo ainda não teve o trânsito em julgado. É mais um entre os que aguardam a decisão do STF. O escritório Machado Meyer, que representa a família Depieri nesse processo, optou por não se manifestar.

O julgamento do Supremo Tribunal Federal terá efeito sobre esses casos porque ocorrerá em repercussão geral. A decisão, depois de proferida pelos ministros, terá que ser replicada a todos os processos sobre o mesmo assunto que estão em tramitação no país.

O resultado se dará por meio de um recurso da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) de São Paulo (RE 851108). Os procuradores sustentam que o artigo 24 da Constituição Federal permite que os Estados cobrem ITCMD. Afirmam que se um dia a lei federal for editada e divergir da norma, aí sim, o governo teria que suspender a prática.

O impacto da tese, para o governo de São Paulo, é enorme. Estão em jogo R\$ 5,4 bilhões - R\$ 2,6 bilhões diretamente relacionados aos processos em curso. O restante é uma estimativa do que teria de ser devolvido aos contribuintes e também o que deixaria de ser arrecadado por não se poder mais cobrar ITCMD nessas situações.

Existem, segundo a PGE, pelo menos 200 processos parados no tribunal paulista aguardando o julgamento do STF. Esses casos somam mais de R\$ 60 bilhões em doações e heranças.

O **Valor** apurou nos registros do TJ-SP que um deles envolve integrantes da família Diniz, uma das mais ricas do país. Três sobrinhos do empresário Abílio Diniz ingressaram com ação, em 2016, para não precisar pagar ITCMD sobre bens inventariados que estão no exterior.

Eles obtiveram decisão favorável na primeira e na segunda instância. Se os ministros do STF decidirem contra a cobrança, a decisão será replicada ao caso e eles poderão levantar a quantia referente aos impostos que está depositada em juízo. O advogado Leiner Salmaso Salinas, que representa a família no caso, foi procurado pela reportagem, mas não quis comentar.

A maioria dos contribuintes entra com mandado de segurança preventivo - para impedir que o governo cobre o imposto. No caso da família Steinbruch, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), no entanto, foi diferente. Os herdeiros foram alvo da Fazenda de São Paulo.

O Estado conseguiu, por meio de ação judicial, suspender o inventário. Os procuradores alegaram que os Steinbruch teriam cometido fraude para não pagar impostos sobre uma herança bilionária após a morte da matriarca da família, em 2015.

Segundo a PGE afirma no processo, a família teria constituído uma empresa de fachada no Panamá com o único objetivo de receber a herança fora do Brasil. Esse processo, no entanto, ainda não está encerrado.

A família alega que a cobrança é inconstitucional. A CSN, por meio de sua assessoria de imprensa, disse que não comentaria o caso, assim como os advogados que atuam no processo.

Procuradores do Grupo de Atuação Especial de Recuperação Fiscal da PGE de São Paulo afirmam que o episódio envolvendo a família Steinbruch é um caso clássico do que se pretendeu evitar com a lei que permite cobrar ITCMD sobre doações e

heranças de bens no exterior. “Serve para impedir o planejamento sucessório abusivo”, disse um dos procuradores ao **Valor**.

A decisão do STF não afetará somente São Paulo. Outros 21 Estados também têm legislação para permitir a cobrança do ITCMD. E entre os tribunais estaduais há decisões divergentes. Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, por exemplo, são favoráveis aos Estados.

A família Bellini, dona da empresa Marcopolo, multinacional brasileira que fabrica carrocerias de ônibus, ajuizou uma ação para discutir a cobrança do ITCMD pelo Estado do Rio Grande do Sul. Mas, no TJ-RS, não teve êxito. Eles recorreram e aguardam a decisão do STF.

Segundo consta no processo, dois herdeiros tentavam evitar a cobrança do imposto sobre cotas da empresa Fabelli Trading, com sede nas Bahamas, repassadas a eles em razão da morte da matriarca.

Felipe Perottoni, advogado que atua para a família Bellini, diz que o valor referente ao imposto foi depositado judicialmente e que, em razão disso, a exigibilidade dos valores fica suspensa até que se tenha o julgamento final do processo. Ele argumenta que não há lei complementar prevendo a cobrança de ITCMD nesses casos e, em razão disso, não poderiam os Estados exigir o imposto.

O STF vai decidir sobre esse tema por meio do Plenário Virtual. Nesta plataforma, os ministros têm até uma semana para proferir os seus votos. O julgamento será aberto com o voto do relator, Dias Toffoli e - se não houver pedido de vista nem de destaque - a conclusão ocorrerá até as 23h59 do dia 30.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Ofertas exclusivas com cashback em qualquer conta  
BANCO INTER

### LINK PATROCINADO

Homem decide pedir o divórcio depois de olhar para esta foto com mais atenção!  
FOREVER-MOM



## Ministério barra propostas de renúncia fiscal

Maior parte dos projetos do Legislativo não atende regras da LRF e dois terços são descartados a priori

Por **Fabio Graner** — De Brasília

23/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

A maioria das propostas legislativas de renúncias tributárias recebe parecer contrário do Ministério da Economia por nem sequer apresentar estimativas de perdas de receitas ou medidas de compensação, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Levantamento do Tesouro Nacional mostra que, das 90 proposições sugerindo algum tipo de benefício tributário, feitas desde 2018, praticamente dois terços foram rejeitadas por causa da violação de um desses dispositivos ou dos dois ao mesmo tempo.

Apesar de ser um tema que há anos está na agenda, desde o governo passado, a reversão de renúncias fiscais tem patinado. Elas continuam gravitando em torno de 4,25% do PIB, o dobro do que se verificava na primeira década deste século. O pico dessa renúncia fiscal foi verificado nos anos de 2014 e 2015, quando representou 4,5% do PIB.

Em termos nominais, contudo, o pico será atingido este ano, a se confirmarem projeções da Receita Federal, que apontam para uma renúncia de R\$ 320,8 bilhões em 2020, superando os R\$ 308,4 bilhões do ano passado. Os volume têm oscilado acima de 21% da receita total do governo.

Em apresentação recente em seminário no Tribunal de Contas da União, o secretário-adjunto do Tesouro Nacional, Otávio Ladeira, disse que há uma

fragilidade na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que ao longo dos anos foi utilizada para a adoção dos chamados “gastos tributários”.

O artigo 14 dessa lei demanda que uma renúncia pode ser adotada se for incluída no orçamento do ano seguinte e estiver em consonância com o cumprimento da meta fiscal, sem uma preocupação com a adequação fiscal desse tipo de medida em prazo mais longo. Aliás, a maior parte das renúncias fiscais existentes não tem nem sequer prazo determinado. Ladeira defende que esse dispositivo seja aperfeiçoado para fechar essa brecha a novas renúncias.

Nos últimos anos, o governo vinha conseguindo colocar na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) comandos para redução dessas renúncias fiscais, como parte da estratégia de ajuste fiscal. Apesar de aprovada pelos congressistas desde 2018, a iniciativa fracassou. Na LDO de 2021, que ainda não foi votada, o governo nem tentou, especialmente depois de ter ele mesmo pedido para o dispositivo ser revogado na lei que regula o orçamento do ano corrente.

Na PEC do Pacto Federativo, a proposta de emenda constitucional que o governo enviou no ano passado para tentar consolidar um ajuste fiscal de curto e longo prazos, também há um comando para tentar reduzir as renúncias. A partir de 2026, caso o texto assim for aprovado, se o volume de gasto tributário estiver acima de 2% do PIB, nenhuma delas poderá ser renovada.

O diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) Josué Pellegrini disse ao **Valor** que esse dispositivo precisa ser aperfeiçoado. Para ele, é necessário um plano de revisão das renúncias tributárias ao longo do tempo. Do modo como está redigido na PEC do Pacto Federativo, está confuso e sem um desenho eficaz para que a redução seja feita, apontou Pellegrini.

Assim como no Ministério da Economia, Pellegrini considera elevado o nível de gasto tributário no Brasil. Ele afirmou que se forem somadas as renúncias estaduais, principalmente no ICMS, essa “despesa” fiscal no país supera os 5% do PIB.

“Tamanho à parte, a gente simplesmente não sabe se esses gastos geram resultados ou não. O ordenamento jurídico do país não exige avaliação e não é da

nossa cultura fazer isso”, comentou o economista. “A gente não tem avaliação na entrada, ex-ante, e nem ex-post. Então simplesmente não temos informação sobre a eficácia”, acrescentou.

Para Pellegrini, o grande desafio é esse: massificar a cultura de avaliação de políticas, em especial desse tipo de renúncia. “Esse é um problema fiscal e alocativo. Como não se tem avaliação, afrouxa-se o controle. As políticas começam e se perpetuam mais facilmente.”

O diretor da IFI destacou que uma sistemática de avaliação ajudaria a se fazer um ajuste fiscal menos custoso, pois permitiria cortes em programas comprovadamente sem eficácia. “A avaliação ajuda a tentar reequilibrar as contas com menor custo”, afirmou o economista.

Para ele, os comandos na LDO para redução de gastos tributários, apesar de bem intencionados, não tinham como dar certo, pois aquele não era o instrumento adequado. “O ideal é isso estar em um instrumento perene, como a PEC do Pacto Federativo, com um cronograma gradual e que seja exigido a avaliação. Com isso, matam-se dois coelhos: reduz de forma planejada e gradual e ainda incentiva a avaliação de programas.”

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Homem decide pedir o divórcio depois de olhar para esta foto com mais atenção!

FOREVER-MOM

### LINK PATROCINADO

Cupons de desconto com dinheiro de volta pra você

BANCO INTER

### LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x

MERCEDES-BENZ VANS

### LINK PATROCINADO

A filha de Ralph Macchio cresceu e parece exatamente como o seu famoso pai

MISTERSTOCKS

# Presidente volta a descartar alta da carga de impostos

Governo anuncia programa de revisão de normas trabalhistas

Por **Matheus Schuch, Mariana Ribeiro e Rafael Bitencourt** — De Brasília

23/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

No dia em que anunciou a revisão de normas trabalhistas, o presidente Jair Bolsonaro voltou a dizer que o país está no rumo certo de realização de reformas e rechaçou a possibilidade de aumentar impostos no pós-pandemia. Apesar de ter no horizonte um aumento de despesas com a criação do Renda Cidadã, o presidente disse que o seu governo está cortando gastos.

“Precisamos que os senhores mostrem ao mundo que o Brasil está fazendo o que é certo. Nós estamos reformando nossa economia, cortando gastos, combatendo a corrupção pelo exemplo”, afirmou ontem durante formatura de novos diplomatas. “O governo federal não aumentou impostos durante a pandemia e não aumentará quando ela nos deixar.”

O ministro da Economia, Paulo Guedes, que acompanhou o discurso da plateia, tem defendido a criação de um novo imposto sobre transações. O argumento do ministro é de que isso não significaria aumento de carga tributária, porque o novo imposto viria acompanhado da desoneração da folha de pagamentos.

Na semana seguinte à apreensão de dinheiro pela Polícia Federal na cueca de seu então vice-líder no Senado Chico Rodrigues (DEM-RR), Bolsonaro também disse que não há “um só ato de corrupção” no governo. “O nosso governo, materializado pelos

ministérios, estatais e bancos oficiais, não temos um só ato de corrupção”, afirmou, sem comentar o caso do senador.

Horas depois do evento no Itamaraty, o presidente anunciou em cerimônia no Palácio do Planalto um programa de revisão de normas. Foram revogadas 48 portarias da área do trabalho consideradas obsoletas pelo governo. Também foi assinada a Nova Norma Regulamentadora de Saúde e Segurança relativa ao agronegócio e anunciada uma simplificação do eSocial.

As medidas foram as primeiras anunciadas dentro do programa “Descomplica Trabalhista”. Ao todo, 2 mil documentos do antigo Ministério do Trabalho estão sendo consolidados em menos de dez, diz o Ministério da Economia. Para o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, as portarias revogadas eram “inúteis” e atrapalhavam a vida do empreendedor.

Em relação à nova norma regulamentadora (NR), disse que deve trazer uma economia de R\$ 4 bilhões por ano ao agronegócio. O processo de revisão da NR, que contém cerca de 700 itens, começou no ano passado, com consulta pública, e discussões na comissão que reúne empregadores, empregados e governo. Em 2019 a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, disse que estava “ansiosa” pelas mudanças.

Questionado sobre um possível prejuízo ao trabalhador, o secretário de Trabalho, Bruno Dalcolmo, negou. “Pelo contrário”, disse. “As normas trazem custo financeiro ao setor privado e não protegem o trabalhador.” Bianco disse ainda que a pasta revisou 11 normas, com redução de custos estimada em cerca de R\$ 20 bilhões por ano. Ainda assim, menos de um terço das normas existentes já foi revisitada.

De acordo com o ministério, a simplificação do eSocial facilita o preenchimento e elimina campos que tomavam tempo desnecessário. O CPF passará a ser o único número de identificação do trabalhador, dispensando a referência a outros números cadastrais, como PIS e Pasep.

Guedes disse que as medidas buscam tirar o governo do “cangote” da população e defendeu o andamento da agenda de reformas. Disse ainda que o período de

# trabalho legislativo até as eleições municipais “não vai ser perdido”. **(Colaborou Rafael Walendorff)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Homem decide pedir o divórcio depois de olhar para esta foto com mais atenção!

FOREVER-MOM

### LINK PATROCINADO

Da para recuperar a paixão do começo do relacionamento?

ZENKLUB

### LINK PATROCINADO

Cupons de desconto com dinheiro de volta pra você

BANCO INTER

### LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x

MERCEDES-BENZ VANS

### LINK PATROCINADO

A filha de Ralph Macchio cresceu e parece exatamente como o seu famoso pai

MISTERSTOCKS

### LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais

RENOV BY MERCEDES-BENZ

por taboola

---

## Conteúdo Publicitário

### VALOR INVESTE

Doria apresenta plano mirando atrair R\$ 36 bi em investimentos e gerar 2 milhões de empregos

### VALOR INVESTE

Coronavírus hoje: CoronaVac é a vacina mais segura e EUA pedem máscara obrigatória em avião e trem

### VALOR INVESTE

Telefônica é condenada a pagar R\$ 45,7 milhões por doar ingressos da Copa 2014 a agentes públicos